

Nota Técnica

PNAD 2014 – breves análises

Organizadores:

André Calixtre

Fábio Vaz

Nº 22

Brasília, dezembro de 2015



Governo Federal
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro Valdir Moysés Simão

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

André Bojikian Calixtre

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Brand Arenari

Chefe de Gabinete

José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Nota Técnica

PNAD 2014 – breves análises

Apresentação

André Calixtre

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014 mostrou que a realidade brasileira permanece em franco processo de mudança social, mesmo observando já turbulências na conjuntura econômica em 2014, mostradas pelo aumento da taxa de desemprego logo em setembro daquele ano.

O padrão de desenvolvimento dos últimos anos – permitido pela combinação do avanço da política social (tantos as universais quanto as focalizadas) e ampliação com melhorias estruturais do mercado de trabalho (redução do desemprego com formalização e ganhos reais de salário puxados pela política de valorização do salário mínimo) – não cessa em 2014, tampouco retrocede. Sua base estruturante permanece, com o crescimento real da renda do trabalho e a diminuição de suas desigualdades, o aumento da escolaridade e das condições gerais de vida do brasileiro e a diminuição das brechas que separam negros de brancos, mulheres de homens, trabalhadores rurais de urbanos. A questão está sempre na intensidade das mudanças, que poderia ter sido maior, especialmente para o conjunto de melhorias ligadas à desigualdade, entendida em seus múltiplos aspectos. Não obstante, o resultado de 2014 surpreende positivamente. Ao final do ciclo 2011-2014, não se observa a desconstrução do legado do ciclo 2003-2010, e sim um aprofundamento das mudanças sociais.

Esta Nota Técnica representa o esforço de todas as coordenações da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) do Ipea em interpretar os resultados recentes da PNAD em 2014, apontando os avanços e os desafios do desenvolvimento social brasileiro em perspectiva de uma década (2004-2014). A elaboração dos dados contou com a colaboração do Núcleo de Gestão de Informações Sociais (NINSOC) da DISOC, coordenado por Fábio Vaz, assim como das equipes próprias de cada coordenação.

O primeiro tema analisado, assinado por Rafael Osorio, mostra uma redução na taxa de pobreza extrema no último ano, sob todas as linhas de corte usualmente utilizadas. Pela linha de R\$ 77,00, observou-se 2,48% da população em extrema pobreza, um índice 63% menor que em 2004. Entre 2013 e 2014, a taxa de pobreza extrema caiu 29,8%, uma redução importante cujas causas estão associadas, segundo o autor, à permanência do aumento da renda e redução das desigualdades. Complementárias às causas enumeradas por Osorio, podem-se observar o incremento dos valores médios despendidos no programa Bolsa Família, a difusão de direitos como o Benefício de Prestação Continuada e o aumento da cobertura previdenciária, e a melhoria metodológica de captação das rendas extremamente baixas, promovida pelo IBGE nessa edição da pesquisa. Retomando o argumento proposto, essa trajetória de redução da pobreza extrema foi combinada com a redução da desigualdade da renda captada pela PNAD, expressa no índice de Gini de 0,515 (redução de 9,7% desde 2004) e com um persistente aumento da renda domiciliar *per capita* real de R\$ 549,83 em 2004 para R\$ 861,23 em 2014.

Não foi somente a renda que avançou nos últimos anos, mas a estrutura familiar também está em franco processo de transformação. Ana Amélia Camarano e Daniele Fernandes analisam que os arranjos familiares estão mais diversificados. Os domicílios tradicionais ocupados por um casal e filhos diminuíram 10 p.p. em dez anos, de 54,8% para 44,8%, cedendo espaço para os domicílios habitados por homens e mulheres sozinhos, casais sem filhos e lares chefiados exclusivamente pela mulher (monoparentais). Ademais, os novos arranjos familiares têm feito crescer a proporção de domicílios cujos parceiros não têm perspectiva de criar filhos, de 12,4% em 2004 para 20,2% em 2014. A pobreza também se reduziu independentemente do tipo de arranjo familiar, principalmente nos domicílios ocupados por mães com filhos, casal com filhos e pai com filhos.

Parte fundamental das mudanças sociais, os avanços na educação brasileira seguem uma trajetória ininterrupta, ainda que a velocidade desse avanço esteja abaixo do necessário para o Brasil cumprir suas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Paulo Corbucci, Herton Araújo, Ana Codes e Camilo Bassi constatam que o Brasil atingiu em 2014 a média nacional de 10 anos de estudos da população entre 18 a 29 anos, em 2004 essa média era de 8,4 anos. Em termos regionais, sociais e raciais, no entanto, as disparidades permanecem: em 2014, o Nordeste tinha 9,2 anos de estudo, e o Norte 9,3; os 25% mais pobres do Brasil possuem apenas 8,2 anos de estudo em média, o mesmo nível da população rural brasileira; e a média das mulheres (9,8) e homens (9,0) negros continua abaixo da média, ainda que estas diferenças tenham-se reduzido significativamente nos últimos dez anos. Isso implica um grande desafio de políticas públicas, pois a Meta 8 do PNE estabelece para 2024 12 anos de estudo “para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros”.

Outra questão abordada pelos autores na área de educação é o combate ao analfabetismo. Observa-se uma lentidão estrutural na taxa de alfabetização da população brasileira de 15 anos ou mais, que subiu de 88,6% em 2004 para 91,7% em 2014. Essa lenta progressão dá-se fundamentalmente pela existência de um elevado contingente de adultos e idosos analfabetos. Os programas de alfabetização voltados para esse público não têm conseguido atingi-lo. Esse dado estrutural dificulta o alcance das metas do PNE relacionadas ao tema. Dois pontos, no entanto, são observados como bastante positivos: a redução das desigualdades inter-regionais do analfabetismo e a quase erradicação das desigualdades raciais do analfabetismo na população de 15 a 17 anos, tanto entre mulheres brancas e negras quanto entre homens brancos e negros.

No tema do mercado de trabalho, a abordagem de Lauro Ramos sobre PNAD 2014 revela as maiores preocupações conjunturais sobre o principal motor de expansão dos direitos sociais e da redução das desigualdades. De um lado, os rendimentos do trabalho crescem continuamente desde 2004, a informalidade (39,93% em 2014) e o desemprego (6,9% em 2014) estão muito abaixo do observado no início da série. O problema é o comportamento dessas variáveis entre 2013 e 2014, prenunciando uma parte importante do cenário crítico de 2015. Mais o desemprego e menos a informalidade reagiram negativamente no período, enquanto o crescimento do rendimento médio real, que fora superior a 7% em 2006 e próximo de 6% ainda em 2012, ficou abaixo de 1% em 2014 pela primeira vez no intervalo considerado. Isso mostra sinais de estresse no mercado de trabalho anteriores à crise que se iniciaria ao final de 2014 e por todo o ano corrente.

A estruturação do trabalho brasileiro trouxe uma importante conquista, que é a expansão da cobertura previdenciária. Leonardo Rangel avalia este fenômeno sob a ótica da expansão de direitos dos indivíduos contra as contingências que o afetariam no mundo do

trabalho (gravidez, doenças e acidentes) e como um sistema que permite ao indivíduo a sua reprodução social na velhice. Considerando todas as categorias de beneficiários contributivos e não contributivos, a cobertura previdenciária saltou de 63,4% em 2004 para 72,9% em 2014 em toda a população ocupada de 16 a 64 anos. O aumento dessa cobertura foi contínuo entre 2004 e 2013, e estável no último ano, e é explicado pela expansão do número de contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). No RGPS, no entanto, permanecem grandes desigualdades entre as posições na ocupação: os empregados e empregadores possuem quase o dobro da cobertura previdenciária dos trabalhadores domésticos e por conta própria, ainda que todas as ocupações tenham aumentado seus índices de cobertura no período. Observando somente a população idosa (65 anos ou mais), a cobertura previdenciária contributiva e não contributiva tem mantido patamares razoavelmente elevados – 89,9% em 2004 para 91,3% em 2014 – e a população de beneficiários saltou de 11 milhões no primeiro ano para 17,2 milhões no último.

Ainda na questão do mercado de trabalho, a PNAD 2014 aponta, segundo Natalia Fontoura, Antonio Teixeira Lima Jr. e Carolina Chermem, grandes desigualdades de gênero e raça entre os brasileiros, cujas mudanças são mais perceptíveis no longo prazo. Em 2014, o Brasil possuía 2,4 milhões de mulheres negras desocupadas contra 1,2 milhão de homens brancos desempregados e, apesar de as distâncias terem diminuído desde 2004, os homens brancos ainda percebem rendimentos 60% superiores aos das mulheres negras. Ademais, o aumento do desemprego impactou mais profundamente o grupo de mulheres e homens negros que o de brancos: o primeiro grupo representou 60,3% de todo o aumento de desemprego gerado entre 2013 e 2014. Este grupo é mais precarizado e vulnerável ao desemprego. Sua informalidade atual é superior à taxa da informalidade de brancos de dez anos atrás.

Dentre as ocupações femininas, o trabalho doméstico é acompanhado de perto pelo Ipea, por envolver a parcela mais vulnerável destas mulheres trabalhadoras, especialmente mulheres negras, cuja taxa de incidência no emprego doméstico supera a de todos os demais grupos raciais e de gênero (17,6% das mulheres negras ocupadas, de 16 anos ou mais, são empregadas domésticas). O emprego doméstico é, também, um dos temas mais transversais na questão social brasileira, cuja compreensão demanda análise das perspectivas de gênero, raça e classe, simultaneamente. Devem ser reconhecidos os avanços legislativos recentes com a aprovação da PEC das Domésticas (EC 72/13) e da Lei Complementar 150/15, cujos efeitos ainda estão para ser observados. A estrutura de proteção social do emprego doméstico tem melhorado sistematicamente ao longo dos últimos dez anos, no entanto, permanece mais precária do que a média dos outros empregos. Entre as mulheres negras, o grau de informalidade caiu de 75,9% em 2004 para 66,5% em 2014. Em média, hoje somente quatro em cada 10 trabalhadoras domésticas estavam protegidas no ano corrente, cujos rendimentos médios (R\$ 683,00) são inferiores ao salário mínimo. Cresceu a proporção de trabalhadoras que prestam serviços em mais de um domicílio, de 21,4% há dez anos para 31,1% atualmente, mostrando um aumento da composição das trabalhadoras diaristas ante as de emprego fixo. Há grande expectativa na melhoria deste quadro nos próximos anos, em razão dos efeitos da mudança no marco regulatório da categoria e do próprio envelhecimento populacional das trabalhadoras domésticas, fruto da baixa atratividade do setor.

Outro bloco de análise atento às questões do mercado de trabalho trata da evolução do emprego agrícola nos últimos dez anos. Alexandre Arbex e Marcelo Galiza reconhecem que todas as categorias do emprego agrícola obtiveram aumentos de renda real bastante significativos nos últimos dez anos, de 40,9% para a base mais precarizada, que são os trabalhadores temporários, a 67,8% para o topo da classe dos trabalhadores

permanentes, com ganhos importantes na redução da informalidade do trabalho, de 68,1% em 2005 para 56,8% em 2014. A velocidade destas mudanças, no entanto, não foi suficiente para reduzir as desigualdades estruturais que residem no campo, tanto em relação às diferenças internas entre trabalhadores temporários e permanentes, quanto na histórica desigualdade entre campo e cidade. Internamente, a formalização e estruturação do trabalho estiveram mais ligadas à agricultura patronal que à agricultura familiar, aquelas conectadas ao fenômeno do avanço do agronegócio e da mecanização do campo. O desaquecimento do mercado internacional de *commodities* desde 2012 recolocou desafios ao equacionamento dos dois caminhos para o desenvolvimento do campo, um centrado no agronegócio voltado à exportação e o outro na agricultura familiar para o consumo de alimentos do mercado interno.

Ainda sobre a questão agrária, os mesmos autores propuseram uma breve análise sobre a questão do trabalho infantil no campo. Após reduções sistemáticas na população de crianças e adolescentes (5 a 14 anos) ocupados no mercado de trabalho de quase 2 milhões em 2004 para 839,6 mil em 2013, a PNAD de 2014 apontou um pequeno, mas inédito, aumento nesta população para 897 mil. Deste contingente, 53,3% residem nas áreas rurais, sendo que a população total de pessoas nessa faixa etária que vivem no campo é de apenas 18%. Apesar dessa desproporção, o trabalho infantil no campo está também fortemente associado às atividades produtivas da própria unidade familiar, cuja especificidade deve ser analisada considerando a importância da relação com a terra, o território e a comunidade, sem que, no entanto, esta especificidade afete o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, é importante notar que o trabalho infantil está majoritariamente distribuído na faixa de 10 a 14 anos (89,3% do total). No grupo rural de pessoas nessa idade, 43,6% foram classificados como trabalhador não-remunerado na unidade familiar, 37% na produção para autoconsumo e 8,7% como conta própria. São muito menos relevantes o contingente de empregados agrícolas em idade inferior a 14 anos (21,5 mil em 2014) e exercendo atividades não-agrícolas mesmo residindo no campo (52,6 mil). Apesar do pequeno aumento no trabalho infantil rural de 2013 para 2014, o saldo dos últimos dez anos é muito positivo: a queda do trabalho infantil no campo (57%) foi muito superior ao decréscimo populacional da mesma faixa etária nos mesmos dez anos (16%). Na população atual de trabalho infantil, nota-se que não há impacto sobre a frequência escolar, mas preocupa os alunos que trabalham e estudam, pois eles tendem a estar mais defasados em relação aos alunos que somente estudam.

Em suma, podem-se observar grandes transformações sociais no Brasil nos últimos dez anos, posto que a velocidade destas poderia sempre ser maior, especialmente nos grandes temas da desigualdade. Naquilo que a PNAD propõe-se a captar, observa-se que as mudanças atingiram questões estruturais da sociedade, a forma como as famílias se formam, o acesso à educação, à proteção social, à cobertura previdenciária e ao mundo do trabalho urbano e rural. Os dados para o ano de 2015 ainda estão por ser divulgados. Em meados de 2016 será possível uma análise mais precisa da capacidade da estrutura social brasileira em suportar crises. Por ora, pode-se afirmar que essas conquistas resistiram às mudanças conjunturais iniciadas em 2014, mostrando que o avanço social possui um tempo próprio de consolidação e que se pode atravessar crises econômicas com uma relativa (mas limitada) tranquilidade permitida pela estruturação de um Estado de Bem-Estar Social, como tem sido perseguida pela sociedade brasileira desde a Constituição Federal de 1988.

Boa leitura.

Desigualdade e Pobreza

Rafael Osorio

No período 2004-2014, a distribuição de renda captada pela PNAD melhorou a cada ano: a média cresceu e a desigualdade diminuiu. A pobreza, medida por várias linhas, também caiu.

Antes de passar aos indicadores de desigualdade e pobreza, convém esclarecer que foram calculados a partir da renda domiciliar *per capita*. Para chegar nesta renda, primeiro calcula-se, para cada pessoa, a soma de todas as suas rendas, das 14 fontes registradas pela PNAD. Depois, para cada domicílio, somam-se as rendas de seus membros, exceto as das pessoas cuja situação no domicílio é a de empregado doméstico, parentes desse, ou pensionistas, que não são consideradas membros do domicílio para fins da análise da renda. Obtida a renda domiciliar, divide-se pelo número de membros para obter a renda domiciliar *per capita*. No período considerado, não houve mudança na captação da renda pela PNAD.

A renda domiciliar *per capita* não é uma variável perfeita. Quando a PNAD não consegue registrar o valor de uma renda, por exemplo, de uma pessoa que trabalha, mas cuja renda é ignorada por outro morador que respondeu a entrevista; ou quando há um erro de registro e a informação é excluída pela crítica do IBGE por ser absurda, o caso é marcado com um código especial para a renda ignorada. Se apenas uma renda de um membro do grupo doméstico é ignorada, não é possível calcular a renda total do domicílio. Também, por ser o período de captação das rendas relativamente curto, alguns domicílios não têm renda, embora não aparentem ser pobres, ao se levar em consideração outras características registradas pela PNAD. Apesar da variação ao longo do tempo, a parcela da população em domicílios com renda ignorada ou sem renda é pequena. Assim, pouco afeta as médias. Mas os sem renda, ou “renda zero”, afetam bastante as estimativas de extrema pobreza.

Não existe uma regra para tratar as rendas ignoradas e as rendas zero, e pesquisadores e instituições têm um vasto cabedal de técnicas para fazê-lo. No Ipea, seguindo o exemplo do IBGE, quando se trata da produção de indicadores de monitoramento da desigualdade e da pobreza baseados na renda, a opção tem sido a da simplicidade: os domicílios e pessoas com renda ignorada não são considerados, e tratamento algum é dado aos domicílios com renda zero. Tal procedimento facilita a reprodução por terceiros dos indicadores apresentados.

Calculada a renda domiciliar *per capita*, para medir a desigualdade na sua distribuição é preciso escolher um indicador, como o popular índice de Gini. A escolha de um indicador de desigualdade, contudo, não é neutra, pois os indicadores de desigualdade têm propriedades matemáticas que fazem uns mais sensíveis a certas mudanças na distribuição de renda do que outros. Não são raras as situações em que um indicador de desigualdade aponta crescimento e outro avalia ter havido redução da desigualdade.

Aqui, junto com o Gini, são apresentadas três outras medidas de desigualdade da família de indicadores de entropia generalizada, $GE(x)$. Esta família de indicadores permite, mediante a escolha do parâmetro x , ter uma medida mais sensível à desigualdade marcada pela presença de rendas muito acima da média, ou uma mais sensível à desigualdade configurada pela presença de rendas muito abaixo da média. No caso, $GE(0,01)$, próximo do L de Theil, é um indicador mais sensível à presença de extremamente pobres, e $GE(1,01)$, próximo do T de Theil, é um indicador neutro, e $GE(2)$ sensível à presença de ricos.

Tanto o Gini quanto $GE(0,01)$ decrescem monotonicamente de 2004 a 2014, isto é, a cada ano o valor do indicador é menor do que no ano anterior. Contudo, para $GE(2)$, a desigualdade cresceu de 2008 para 2009, e, consideravelmente, de 2011 para 2012; $GE(1,01)$ também registrou um aumento da desigualdade de 2011 para 2012. Apesar disso, todos os indicadores apontam a queda da desigualdade de 2004 a 2014.

Quanto caiu a desigualdade de renda no período é uma questão cuja resposta também depende da escolha do indicador. Para o Gini, a queda foi de 9,7%, 1% ao ano. Para $GE(0,01)$ a queda foi consideravelmente maior, 19,6%, 2,2% ao ano; para $GE(1,01)$ 18,7%, 2% ao ano; e para $GE(2)$ a queda foi de 21,4% em relação a 2004, 2,4% ao ano.

Tabela 1 - Indicadores de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita

Ano	Gini	$GE(0,01)$	$GE(1,01)$	$GE(2)$
2004	0,570	0,594	0,653	1,620
2005	0,567	0,586	0,648	1,542
2006	0,561	0,573	0,633	1,511
2007	0,554	0,555	0,609	1,394
2008	0,544	0,533	0,589	1,382
2009	0,540	0,526	0,583	1,455
2011	0,529	0,505	0,555	1,285
2012	0,526	0,496	0,574	1,986
2013	0,525	0,493	0,545	1,219
2014	0,515	0,478	0,531	1,274

Tabela 2 - Média da renda domiciliar *per capita*

Ano	Em R\$/mês (junho, 2011)		Em US\$/dia (PPC, dezembro, 2011)	
	Média	Erro (I.C. 95%)	Média	Erro (I.C. 95%)
2004	R\$ 549,83	±11,43	US\$ 11,13	±0,23
2005	R\$ 582,71	±12,20	US\$ 11,80	±0,25
2006	R\$ 637,71	±13,43	US\$ 12,91	±0,27
2007	R\$ 655,30	±13,41	US\$ 13,27	±0,27
2008	R\$ 686,06	±13,12	US\$ 13,89	±0,27
2009	R\$ 705,32	±13,30	US\$ 14,28	±0,27
2011	R\$ 747,93	±13,28	US\$ 15,14	±0,27
2012	R\$ 806,86	±16,38	US\$ 16,33	±0,33
2013	R\$ 836,02	±15,33	US\$ 16,92	±0,31
2014	R\$ 861,23	±15,96	US\$ 17,44	±0,32

Outro indicador importante é a média da renda domiciliar *per capita*. A preços de junho de 2011, a média passou de R\$ 549,83/mês em 2004 para R\$ 861,23/mês em 2014 (a deflação é feita pelo INPC, ajustado de acordo com o *Texto para Discussão 897*). O crescimento real foi de 56,6%, 4,6% ao ano. Levando os valores para preços de dezembro de 2011, pode-se usar o fator de Paridade do Poder de Compra para consumo privado, calculado pelo Banco Mundial, para converter os valores de reais para dólares internacionais. Multiplicando o valor mensal obtido por 12, e dividindo por 365, tem-se que a renda média passou de US\$ 11,13/dia para US\$ 17,44/dia.

O aumento da renda média conjugado à redução da desigualdade favoreceu a redução da pobreza, constatável independentemente da linha de pobreza adotada. A linha de pobreza é o critério que delimita os pobres do restante da população. No Brasil, embora já existissem critérios de elegibilidade baseados em renda para acessar políticas públicas focalizadas, somente no lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, em junho de 2011, houve a definição de uma linha de pobreza extrema, R\$ 70/mês. Em junho de 2014, o Governo Federal reajustou o valor da linha de pobreza extrema do BSM para R\$ 77/mês. Como a inflação entre junho de 2011 e junho de 2014 foi superior a 10%, os R\$ 77 correspondem a R\$ 64,71 em junho de 2011.

Outra linha de pobreza extrema amplamente empregada no monitoramento é a linha internacional de US\$ 1,25/dia, referida ao fator PPC de 2005, que foi usada no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esta linha equivalia a R\$ 79,13/mês a preços de junho de 2011. Em 2015, o Banco Mundial atualizou a linha internacional de pobreza extrema de US\$ 1,90/dia, referida ao fator PPC de 2011; e lançou uma linha internacional de pobreza de US\$ 3,10/dia. As novas linhas do Banco Mundial, com base no PPC 2011, têm probabilidade não negligenciável de serem adotadas para

monitorar o progresso do mundo e dos países rumo aos recém-lançados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em valores de junho de 2011, correspondiam, respectivamente, a R\$ 93,85/mês e R\$ 153,13/mês.

Tabela 3 - Taxa de pobreza extrema segundo os critérios do Plano Brasil sem Miséria

Ano	R\$ 70/mês (junho, 2011)		R\$ 77/mês (junho, 2014)	
	Taxa	Erro (I.C. 95%)	Taxa	Erro (I.C. 95%)
2004	7,38%	±0,37	6,70%	±0,35
2005	6,80%	±0,34	5,71%	±0,31
2006	5,61%	±0,29	4,79%	±0,27
2007	5,48%	±0,35	5,03%	±0,34
2008	4,60%	±0,26	4,07%	±0,25
2009	4,46%	±0,27	4,04%	±0,25
2011	4,13%	±0,22	3,80%	±0,21
2012	3,48%	±0,19	3,21%	±0,18
2013	3,79%	±0,20	3,53%	±0,20
2014	2,71%	±0,15	2,48%	±0,14

Como seria de se esperar, linhas de pobreza de valores mais baixos geram menores taxas de pobreza. Assim, a pobreza extrema segundo a nova linha de R\$ 77/mês em junho de 2014 é menor do que segundo a linha de R\$ 70/mês em junho de 2011, por sua vez menor que a verificada pela linha de US\$ 1,25/dia em dezembro de 2005, e esta menor do que a pobreza extrema indicada pela linha de US\$ 1,90/dia em dezembro de 2011. Não obstante, para todas essas linhas, a pobreza extrema decresceu, exceto de 2012 para 2013, quando houve pequeno crescimento dentro da margem de erro, portanto, não estatisticamente significativa. A queda na taxa de pobreza extrema de 2004 para 2014 varia de 63% a 68,5%, dependendo da linha, uma redução média em torno de 10% ao ano.

A taxa de pobreza para a linha de US\$ 3,10/dia apresenta tendência semelhante à das linhas de pobreza extrema. Para esta linha de pobreza, a queda é monotônica, ainda que no biênio 2011-2012 a queda tenha ficado dentro da margem de erro.

Tabela 4 - Taxa de pobreza e pobreza extrema segundo critérios internacionais

Ano	US\$ 1,25/dia (dez., 2005)		US\$ 1,90/dia (dez., 2011)		US\$ 3,10/dia (dez., 2011)	
	Taxa	Erro (I.C. 95%)	Taxa	Erro (I.C. 95%)	Taxa	Erro (I.C. 95%)
2004	9,37%	±0,43	12,35%	±0,47	24,95%	±0,56
2005	7,99%	±0,37	10,87%	±0,42	22,71%	±0,53
2006	6,76%	±0,32	8,88%	±0,35	19,42%	±0,47
2007	6,55%	±0,38	8,34%	±0,40	17,48%	±0,49
2008	5,36%	±0,30	7,01%	±0,33	15,39%	±0,43
2009	5,25%	±0,29	6,71%	±0,34	14,53%	±0,43
2011	4,74%	±0,23	5,73%	±0,26	12,07%	±0,35
2012	4,04%	±0,21	4,98%	±0,22	10,31%	±0,31
2013	4,30%	±0,21	5,16%	±0,23	10,01%	±0,32
2014	3,09%	±0,16	3,90%	±0,19	8,54%	±0,29

NOTAS:

- 1) Todos os dados foram calculados a partir das PNADs.
- 2) Dados para o Brasil, incluindo as áreas rurais da região Norte.
- 3) Valores deflacionados segundo o Texto para Discussão 897, do Ipea.
- 4) Todos os intervalos de confiança foram calculados considerando o desenho amostral da PNAD – algumas estimativas de ponto podem diferir ligeiramente das obtidas empregando o peso de pessoa (v4729) da base da PNAD, pois este foi transformado em número inteiro pelo IBGE, enquanto o procedimento do programa de estatística (Stata 12 – svyset) gera o peso de pessoa com a parte fracional.

Mudanças nos Arranjos Familiares: 2004 e 2014

Ana Amélia Camarano

Daniele Fernandes

1 - Introdução

Desde a segunda metade do século XX, o processo de constituição de família tem experimentado transformações expressivas tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Novos padrões surgiram como famílias reconstituídas, casamentos homossexuais, aumento nas taxas de divórcios/separações, de re-casamentos e de não casamentos. A fecundidade continuou o seu processo de queda, atingindo níveis de sub-reposição. Cresceu o percentual de famílias que optaram por não ter filhos. A maior participação da mulher no mercado de trabalho e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças.

Esta nota analisa as formas como as famílias brasileiras estão se organizando e como as condições de vida, aqui medidas pelo rendimento médio mensal e pelo percentual de famílias pobres, variam segundo o tipo de arranjo familiar. Existem inúmeras possibilidades de se considerar a composição familiar. A segunda seção apresenta um panorama geral de como essas famílias se distribuem segundo as várias formas de arranjo, utilizando-se de uma tipologia tradicional. Na terceira parte, analisam-se, de forma mais detalhada, os arranjos e as condições de vida das pessoas que aí residem. Utilizou-se uma tipologia que leva em conta o momento da mulher no ciclo vital. O envelhecimento populacional e a queda da fecundidade resultam no envelhecimento das mulheres e de seus filhos. Isto aliado às mudanças na nupcialidade afeta a tipologia e a composição dos arranjos familiares bem como as condições de vida das pessoas que aí residem.

2- Mudanças Gerais nos Arranjos Familiares

As mudanças demográficas e sociais têm impacto na composição das famílias e no tamanho dos domicílios. Essas mudanças se refletem na redução do seu tamanho pela diminuição do número de filhos tidos, no aumento dos casais que optam por não tê-los, no crescimento dos divórcios e separação, de re-casamentos e no aumento de pessoas que moram sozinhas.

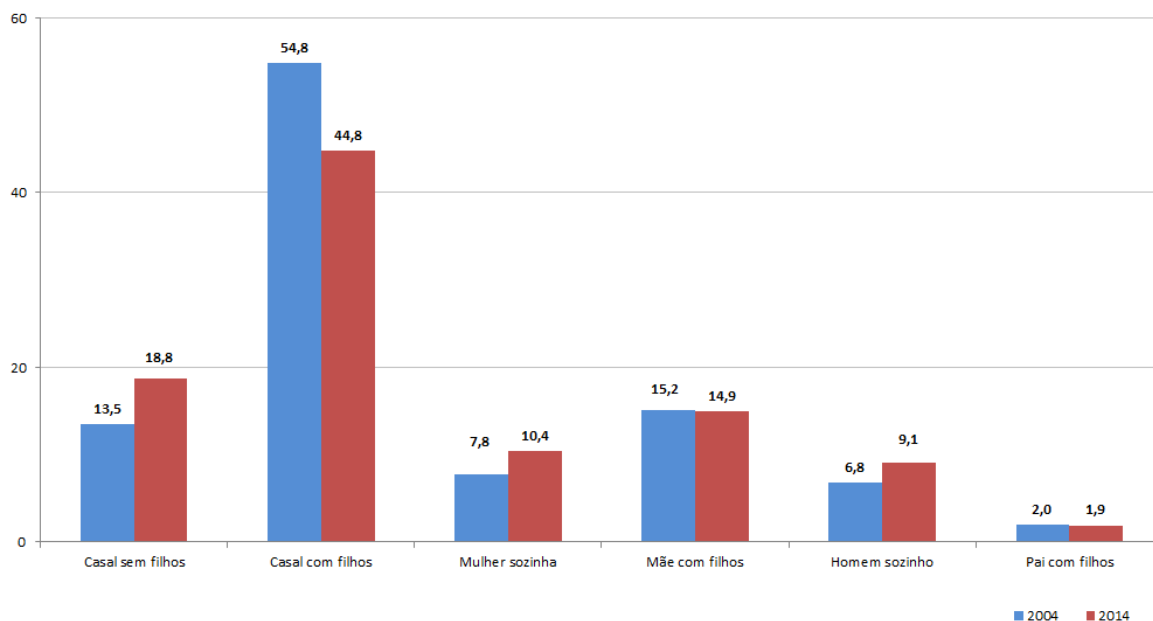
Por arranjo familiar, está se considerando o arranjo domiciliar.¹ Observa-se no gráfico 1 que os arranjos do tipo casal com filhos,² embora em proporção declinante ainda são os predominantes. Em 2014, 44,8% dos domicílios encontravam-se nesta categoria,

¹ Para uma discussão sobre essas diferenças, consulte: Medeiros (2002)

² Neste trabalho, aos arranjos nucleares estão sendo somados os arranjos nucleares compostos e os nucleares estendidos.

mas este percentual fora de 54,8% em 2004. Por outro lado, os arranjos do tipo casal sem filhos, homens e mulheres vivendo sozinhos aumentaram a sua importância. Já as proporções de arranjos formados por pais com filhos e mães com filhos ficaram aproximadamente constantes. Ou seja, 44,8% das famílias se agrupam no modelo tradicional e 55,2% sob outras formas.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS DOMICILIARES POR TIPO
BRASIL

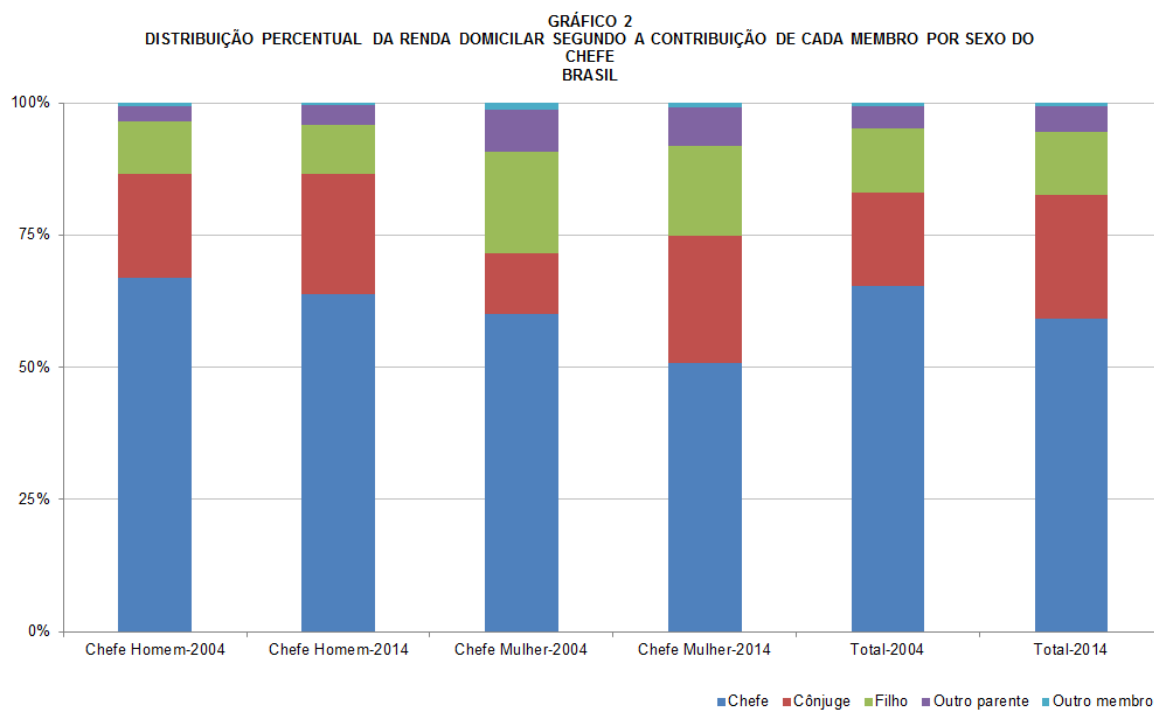


Fonte: IBGE / PNAD 2004 e 2014.

O aumento da proporção de domicílios compostos por mulheres sozinhas é resultado de mudanças no papel social da mulher, o que é reforçado pelo envelhecimento da população. As mudanças na estrutura etária levam a um aumento da proporção de mulheres viúvas, que podem estar optando por viverem sozinhas em vez de morarem com os filhos. O aumento dos divórcios também deve ter contribuído para isso. As mudanças no papel social da mulher se expressam, também, no crescimento da proporção de mulheres consideradas chefes do domicílio, principalmente, no caso de mulheres com cônjuges. O percentual de domicílios chefiados por mulheres no total de domicílios aumentou de 26,5% em 2004 para 38,8% em 2014. No caso de mulheres com cônjuges, estas chefiavam 3,5% dos domicílios em 2004 e passaram a chefiar 13,5% em 2014.

Outra forma de medir as mudanças no papel social da mulher é por meio da participação da sua renda na renda das famílias. Nos contratos tradicionais de gênero, o homem era o provedor e a mulher a cuidadora dos membros dependentes. O gráfico 2 mostra a contribuição percentual da renda de cada membro da família no total da renda familiar em 2004 e 2014. Pode-se observar que nos dois anos estudados e, independentemente do sexo do chefe, a maior contribuição para a renda era dada por ele. No entanto, esta contribuição diminuiu de 65,3% para 59,3%. A redução foi maior no caso

de chefes mulheres. Esta redução foi compensada pelo aumento da renda dos cônjuges, especialmente dos cônjuges masculinos. A contribuição da renda dos filhos diminuiu nos domicílios chefiados por mulheres. Aumentou a contribuição da renda dos outros parentes nos domicílios chefiados por homens.



A tabela 1 apresenta a proporção de famílias pobres³ em 2004 e 2014 para cada tipo de arranjo considerado. A proporção de domicílios pobres diminuiu em todas as categorias. Nos dois anos considerados, os domicílios mais pobres eram os que tinham filhos residindo, nesta ordem: mães com filhos, casal com filhos e pai com filhos. Embora estes tenham apresentado a maior redução, continuaram a ser os mais pobres. Como se mencionou anteriormente foi observado uma grande mudança na composição dos arranjos domiciliares entre 2004 e 2014, sendo a mais importante a redução da proporção de casal com filhos. Esta mudança foi responsável pela redução de 1,1 ponto percentual na proporção de famílias pobres. De outra forma, a proporção de famílias pobres seria de 12,5%, em vez dos 11,4% observados se a composição dos arranjos familiares não tivesse mudado.

³ Por famílias pobres foram consideradas aquelas cuja renda mensal *per capita* estava abaixo de linhas de pobreza regionais baseadas em necessidades calóricas, disponibilizadas em <http://www.ipeadata.gov.br/doc/LinhasPobrezaRegionais.xls>.

TABELA 1**PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POBRES SEGUNDO O ARRANJO DOMICILIAR
BRASIL**

	Proporção de Pobres		
	2004	2014	Varição (P.P)
Casal sem filhos	13,1	4,2	-8,9
Casal com filhos	35,5	15,2	-20,3
Mulher sozinha	12,2	5,6	-6,7
Mãe com filhos	36,1	17,5	-18,6
Homem sozinho	11,6	5,4	-6,2
Pai com filhos	27,2	8,0	-19,2
Total	29,0	11,4	-17,5

Fonte: IBGE/PNAD 2004 e 2014.

3 – Arranjos familiares segundo as etapas do ciclo de vida familiar

A classificação dos arranjos pelo momento da mulher no ciclo de vida familiar considera a sua idade e a dos filhos. Esta classificação tem por objetivo captar as mudanças acarretadas pela diminuição das taxas de fecundidade, adiamento do casamento e do primeiro filho e o envelhecimento populacional na formação das famílias. A tipologia utilizada aqui foi proposta por Arriagada (2004), que considera apenas os domicílios que são formados por casais. Não estão aí incluídos os monoparentais. O quadro 1 descreve os cinco tipos considerados e como eles são formados.

QUADRO 1**Etapas do Ciclo de vida familiar**

Casal jovem sem filhos	Casais sem filhos onde a mulher tem menos de 40 anos
Etapa de Início	Casais apenas com crianças com 5 anos ou menos
Etapa de Expansão ou Crescimento	Casais com filhos com idade entre 6 e 12 anos (independente da idade do filho mais novo)
Etapa de Consolidação e Saída	Casais com filhos com 13 anos ou mais
Ninho vazio	Casais sem filhos onde a mulher tem 40 anos ou mais

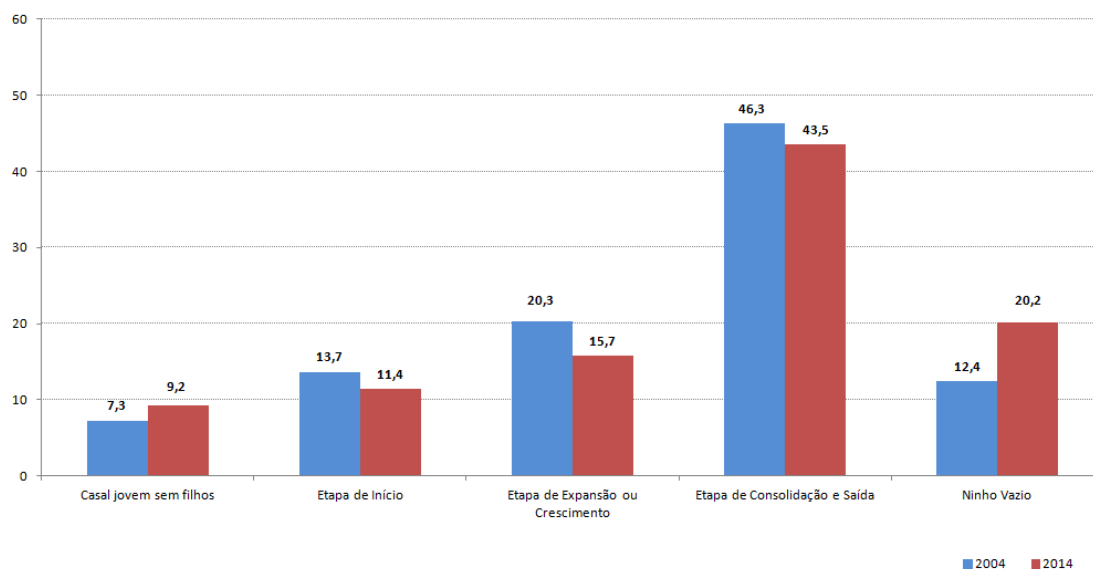
Fonte: ARRIAGADA (2004), p 85.

Dos 52,2 milhões de arranjos familiares detectados pela PNAD de 2004, apenas 31,8% não se enquadravam nesta tipologia. Já em 2014, este percentual aumentou para 36,4%, dado o grande crescimento dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e, também, unipessoais femininos, sinalizando para uma maior diversificação na composição familiar. A PNAD de 2014 permitiu, também, a identificação de casais

homossexuais, o que representava 0,2% do total de arranjos neste ano. Acredita-se que esta informação esteja subestimada.

A tipologia aqui analisada cobre, portanto, 68,2% e 64,6% do total de arranjos brasileiros, em 2004 e 2014, respectivamente. O gráfico 3 mostra que nos dois anos analisados a modalidade de arranjo mais importante é o constituído por famílias classificadas na etapa de consolidação e saída. Estas eram responsáveis por 46,3% do total de arranjos considerados em 2004, proporção esta que diminuiu para 43,5% em 2014. Como consequência do processo de envelhecimento populacional, o percentual de domicílios na etapa de ninho vazio quase dobrou, passando de 12,4% para 20,2% entre 2004 e 2014. Passou a ser o segundo arranjo em importância. Uma outra modalidade de arranjo cuja proporção cresceu no período é a de casal jovem sem filhos, onde a mulher tem menos de 40 anos. Esta proporção passou de 7,3% para 9,2%. Embora não se possa saber se estas famílias ainda terão filhos, pelo menos parte delas faz parte de um novo tipo de famílias, denominadas DINC⁴, que tem aumentado como resultado das mudanças comportamentais e sociais. A escolha por não ter filhos é cada vez mais socialmente aceita. Por outro lado, observou-se uma queda do percentual de famílias na etapa de início de 13,7% em 2004 para 11,4% em 2014. A proporção de famílias em etapas na fase de expansão e crescimento também diminuiu no período. Passou de 20,3% para 15,7% do total de arranjos estudados.

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS DOMICILIARES FORMADOS POR CASAIS
SEGUNDO A ETAPA DO CICLO DE VIDA FAMILIAR
BRASIL



Fonte: IBGE / PNAD 2004 e 2014.

4- Algumas Características das Famílias Brasileiras

A tabela 2 apresenta algumas características das famílias brasileiras observadas entre 2004 e 2014. Pode-se verificar que a maioria das famílias brasileiras é chefiada por homens,

⁴ *Double Income e No Kids* – Duas rendas e nenhuma criança.

mas em proporção decrescente. Encontrava-se, em 2014, uma média de 3,0 pessoas residindo nesses domicílios, número este que havia sido de 3,5 em 2004. Esta redução pode ser explicada pela diminuição do número de filhos, provavelmente pela queda da fecundidade e, também, pelo envelhecimento destes com a conseqüente saída da casa dos pais. Os chefes envelheceram e tornaram-se mais escolarizados e a dependência da sua renda diminuiu. Observou-se, também, uma redução na proporção de famílias pobres, mas uma redução no rendimento médio *per capita*, que passou de 1,9 salário mínimo para 1,7. Isto pode ser decorrente da diminuição do número médio de pessoas que trabalham. É possível que isto esteja associado ao envelhecimento populacional e o conseqüente aumento do número de beneficiários da Seguridade Social.

TABELA 2

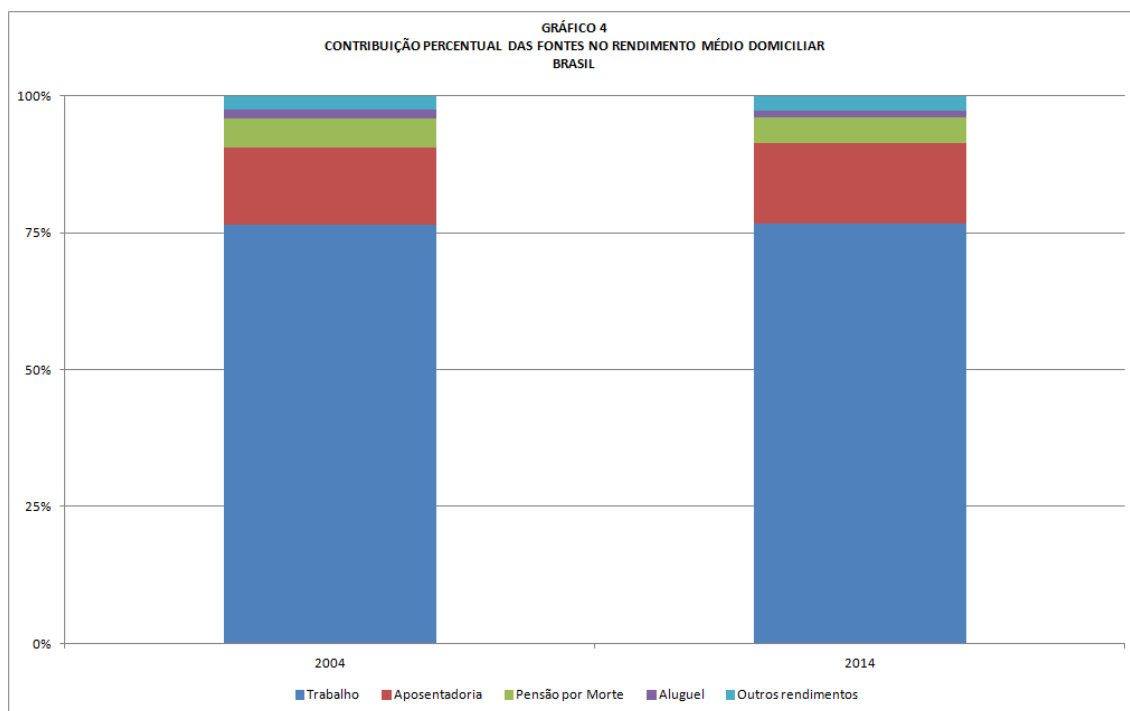
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

	2004	2014
% Chefes Homens	73,5	61,2
% Chefes Mulheres	26,5	38,8
Número médio de mulheres que trabalham	0,7	0,6
Número médio de pessoas que trabalham	1,6	1,5
Tamanho médio	3,5	3,0
Número médio de filhos	1,5	1,1
Idade média do chefe	46,9	49,0
Número médio de anos de estudo do chefe	6,2	7,7
Rendimento Médio Mensal per capita (Em SM)	1,9	1,7
% de domicílios pobres	29,0	11,4
% da renda do domicílio que depende da renda do chefe	65,3	59,3

Fonte: IBGE/PNAD de 2004 e 2014.

Elaboração das autoras.

No entanto, a contribuição da renda do trabalho continua sendo a principal fonte de renda domiciliar, cuja contribuição ficou aproximadamente constante no período, em torno de 76%. O gráfico 4 detalha a composição da renda domiciliar segundo as fontes de rendimento. A segunda fonte de renda em importância foram os benefícios da Seguridade Social, aposentadoria e, em pensões por morte. A contribuição destes dois tipos de benefícios ficou aproximadamente constante no período, em torno de 19%.



5 – Comentários Finais

O objetivo da nota foi discutir algumas mudanças nos arranjos familiares da população brasileira. O modelo tradicional de famílias do tipo casal com filhos perdeu espaço para novas formas de arranjos. Aumentou o número de domicílios com homens e mulheres sem cônjuges, mas com filhos, bem como o de unipessoais. A maior proporção destes eram chefiados por mulheres. Isto pode ser resultado das mudanças no papel social da mulher e do aumento das taxas de divórcio bem como da maior aceitação dos filhos fora do casamento.

As condições de vida dessas famílias foram avaliadas pelo rendimento médio mensal *per capita* e pela proporção de pobres. Ambos indicadores diminuíram no período. Vários fatores podem ter contribuído para isto. Cita-se, em primeiro lugar, a mudança na composição dos arranjos com a redução da proporção de famílias com filhos pequenos: as famílias na etapa de início e de expansão e, também, as monoparentais com filhos e a implantação de programas sociais como o Bolsa Família.⁵ Por outro lado, o fato de se ter menos pessoas trabalhando nos domicílios pode ter levado a uma diminuição do rendimento médio *per capita*.

Sem dúvida, as mudanças aqui descritas são resultados do processo civilizatório, fruto do desejo dos indivíduos, que passaram a ter um maior controle de suas vidas e de seus destinos. Os avanços da tecnologia médica têm permitido uma intervenção no ciclo da

⁵ É vasta a literatura sobre o impacto do programa Bolsa Família na redução da pobreza das famílias brasileiras. Ver, por exemplo, ROCHA (2013); SOARES (2012) e CAMPELLO e NERI, M (org.) (2013).

vida em todas as suas etapas, desde o nascimento até a morte: da reprodução assistida e clonagem ou o controle da reprodução até a aceleração ou prolongamento da morte (Castells, 1999). Além disso, ressaltam-se as grandes conquistas na área dos direitos humanos que asseguram o direito à liberdade de escolha e exercício da opção sexual, de maneira segura e livre de pressões. Condena-se todo o tipo de discriminação, inclusive pela preferência sexual. O resultado foi uma legitimação das uniões homossexuais.

Sumarizando, as mudanças aqui descritas apontam para uma nova configuração familiar que não é compatível com uma fecundidade elevada. Ou seja, não apontam para a possibilidade de um aumento desta em um futuro próximo. Na verdade, para Reher, (2007), a baixíssima fecundidade veio para ficar e está se tornando um aspecto estrutural das sociedades pós-modernas. Mais do que isto, cresce o número de homens e mulheres que escolhem não ter filhos. Durante milênios, prosperidade e felicidade eram associados a uma descendência ou a um legado para a prosperidade (Pritchett e Viarengo, 2012). Hoje, prosperidade e felicidade caminham em direção opostas a uma família numerosa.

Referências Bibliográficas

- ARRIAGADA, I. Transformaciones sociales y demográficas de las familias latino-americanas. **Papeles de Población**, n. 40, p. 71-95. 2004.
- CAMPELLO, T.; NERI, M. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.
- CASTELLS, M. **Information Technology, Globalization and Social Development**. UNRISD Discussion Paper, n. 114, September 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004** – microdados da amostra. 2005.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014** – microdados da amostra. 2015.
- MEDEIROS, M. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADS de 1992 a 1999**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão n. 860).
- PRITCHETT, L.; VIARENGO, M. Why demographic suicide? The puzzles of European fertility. **Population and development review**, v. 38, issue supplement s1, p. 55-71. 2012.
- REHER, D. S. Towards long-term population decline: a discussion of relevant issues. **Eur J Population**, v. 23, n. 2, p. 189-207. 2007.
- ROCHA, S. **Transferência de renda no Brasil**. O Fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- SOARES, S. **Bolsa Família: Um Resumo de seus Impactos**. One Pager n. 137, 2012

PNADs 2004-2014 – Educação

Paulo Corbucci

Herton Ellery Araujo

Ana Codes

Camilo Bassi

Esta nota apresenta análise sucinta da evolução de dois indicadores educacionais captados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O primeiro diz respeito à média de anos de estudo dos jovens brasileiros e o outro se refere à taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais. Para tanto, utilizou-se como recorte temporal o período 2004-2014, tendo em vista que somente a partir do início do mesmo é que a PNAD ganhou abrangência nacional, ao incluir na sua amostra os domicílios da área rural da região Norte do país. Por outro lado, o IBGE divulgou, em novembro de 2015, os microdados da PNAD 2014, que constitui a última versão desta pesquisa com base no modelo amostral da série histórica iniciada em 2004.

1. Número médio de anos de estudo

O indicador de anos de estudo tem sido bastante utilizado na literatura educacional para efeito de comparações internacionais. No caso do Brasil, ganhou ênfase no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), ao utilizá-lo como indicador da Meta 8, tendo-se como foco os jovens de 18 a 29 anos:

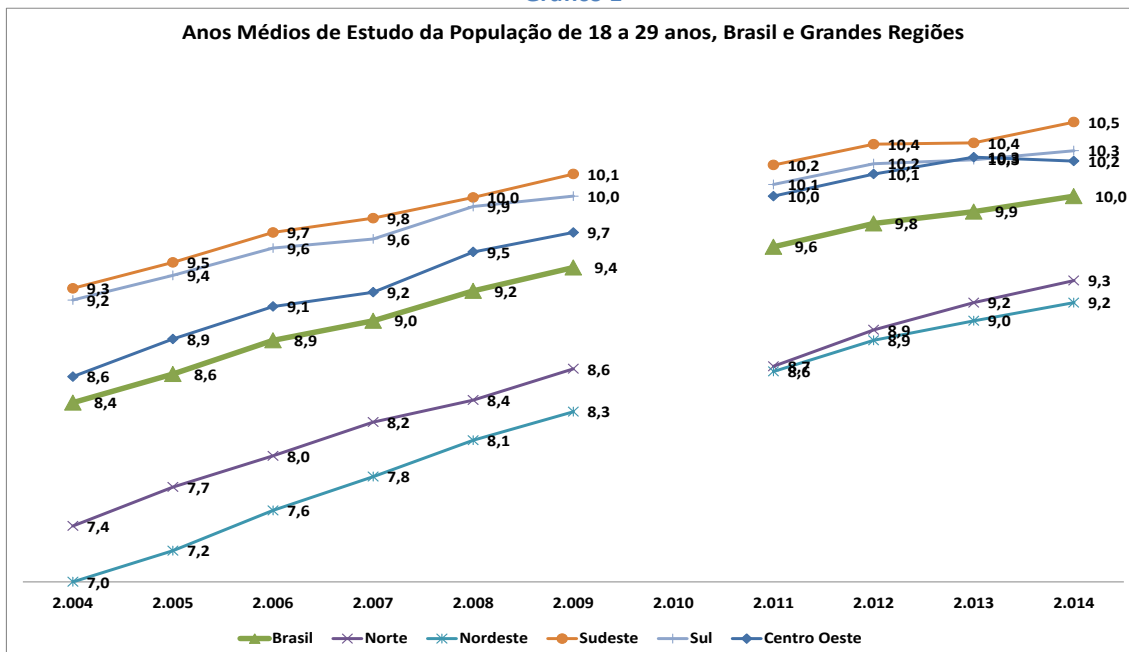
“Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Ainda que as comparações internacionais levem em conta o indicador para toda a população a partir de uma idade mínima, em geral 15 anos ou 25 anos, o foco para as políticas públicas e para a sociedade brasileira recai sobre a faixa etária considerada na referida meta do PNE. Em última instância, o aumento da escolaridade nessa faixa etária afetará de forma positiva o número médio de anos de estudo da população adulta como um todo, uma vez que ao atingir determinado nível de escolaridade na juventude, este acompanhará o indivíduo ao longo de toda sua vida.

O gráfico 1 apresenta a evolução desse indicador desagregado pelas cinco grandes regiões brasileiras. Embora a média nacional tenha atingido o índice de 10 anos, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país, ainda estão aquém deste patamar,

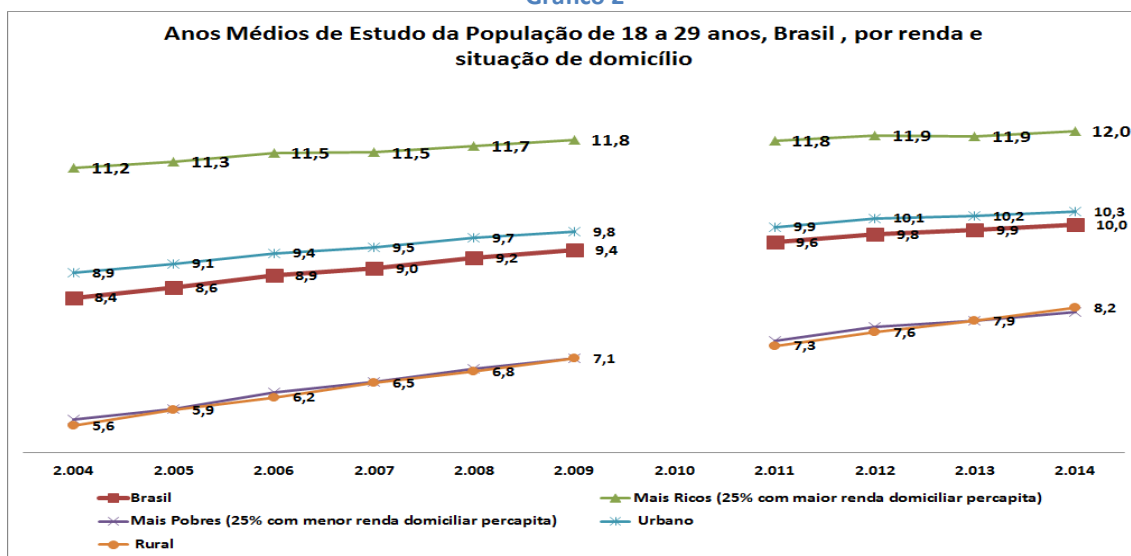
com 9,3 e 9,2, respectivamente. A região Nordeste, a mais populosa das duas, conseguiu aumentar 2,2 anos na década. Mantida essa velocidade, chegaria em 2024 com 11,4 anos de estudo, valor ainda abaixo da meta do PNE, que é de 12 anos. Mesmo a região Sudeste, a mais rica do país, encontrava-se relativamente distante do índice de 12 anos, ao final do período sob análise, marcado por certa pujança econômica, tendo atingido apenas 10,5 anos.

Gráfico 1



As desigualdades relativas a esse indicador também são notórias quando se comparam as zonas urbanas e rurais. As populações do campo ainda estão muito aquém daquelas residentes nas cidades, conforme mostra o gráfico 2. No entanto, mesmo estas ainda não atingiram os 12 anos preconizados pela meta. Ainda que não se trate de grupos estanques – já que há migração entre essas áreas –, as populações do campo aumentaram sua escolaridade em 2,6 anos na década. Nesse ritmo, atingiriam apenas 10,8 em 2024. Já os cidadãos urbanos, que apresentaram metade daquele aumento, chegariam a 11,6 anos, ou seja, algo mais próximo da meta.

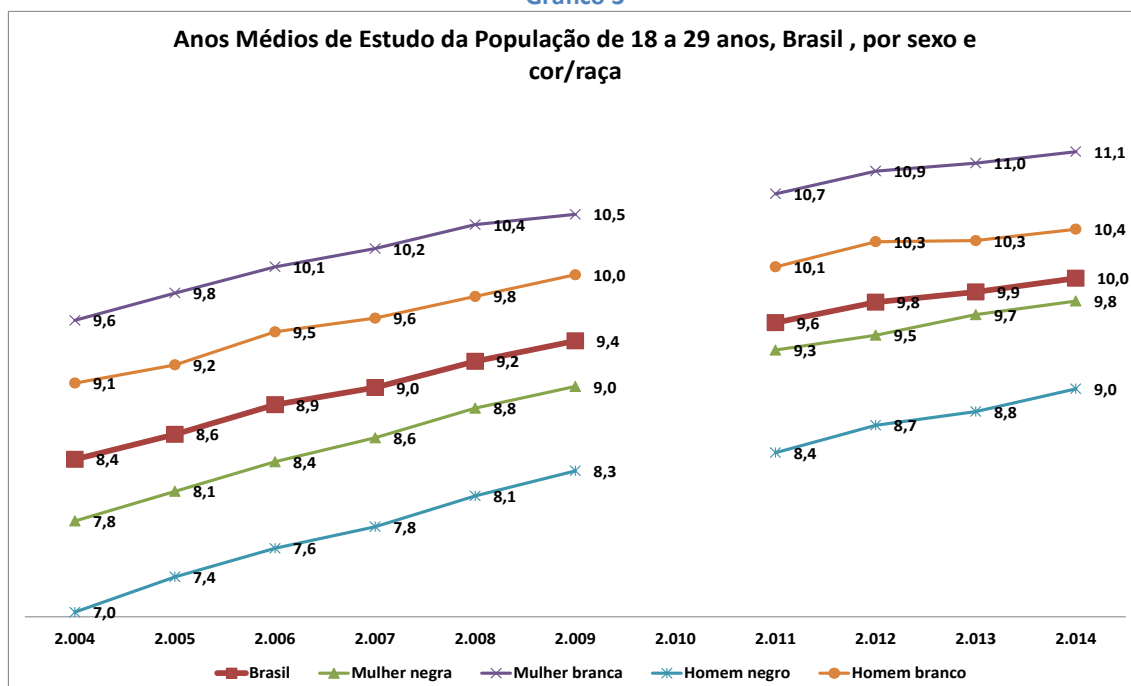
Gráfico 2



O gráfico acima também apresenta os diferenciais entre grupos de renda *per capita*. Neste caso, verifica-se que somente o de jovens pertencentes ao quartil superior de renda (pertencentes aos 25% mais ricos dos domicílios) atingiu o patamar de 12 anos, fato este ocorrido exatamente no ano de 2014. Note-se, no entanto, que estes já apresentavam 11,2 anos em 2004. Por sua vez, os jovens dos 25% domicílios mais pobres (1º quartil de renda) atingiram o patamar de 8,2 anos em 2014 e, caso apresentem evolução semelhante à ocorrida no período 2004-2014, poderão atingir o índice de 11,4 anos, ou seja, abaixo da meta estabelecida pelo PNE.

No gráfico 3, mostra-se a evolução do indicador segundo os recortes étnico/cor e de gênero. Em média, as mulheres são mais escolarizadas do que os homens e os brancos mais do que os negros, logo, o grupo de homens negros é o de menor escolaridade.

Gráfico 3

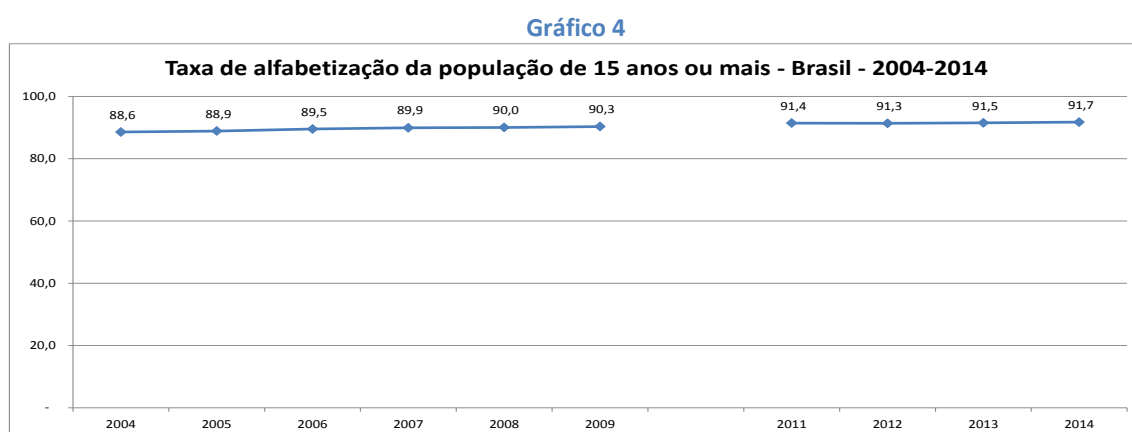


Observa-se que houve significativa aproximação de negros em relação a brancos. Por exemplo, em 2004, o número médio de anos de estudos dos homens negros correspondia a 77% daquele verificado entre homens brancos. Uma década depois, tal proporção havia sido ampliada para 87%. Tendência semelhante pode ser observada na comparação entre mulheres negras e brancas, mas, neste caso, a evolução foi ligeiramente menor, uma vez que a desigualdade existente entre ambos os grupos, em 2004, era menos acentuada que no caso dos homens. Ainda assim, equalizar os níveis de escolaridade entre esses dois segmentos populacionais ainda permanece como desafio a ser superado pela sociedade brasileira.

2. Taxa de alfabetização

A taxa de alfabetização e o seu oposto, o analfabetismo, podem ser considerados como uma das principais frustrações da sociedade brasileira, no campo educacional. Trata-se de um problema complexo e de difícil superação, tanto para o Brasil, quanto para a maioria dos países ditos em desenvolvimento.

A lentidão que se observa em relação à redução do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais está associada ao fato de haver um elevado contingente de adultos e idosos analfabetos, em certa medida, decorrente do aumento da expectativa da vida da população e da baixa cobertura e ineficácia dos programas de alfabetização voltados a este público. Tal lentidão pode ser observada pelo gráfico 4, que apresenta a evolução da taxa de alfabetização da população nesta faixa etária no período 2004-2014.



Fonte: PNADs 2004 a 2014 (IBGE)

Elaboração: Ipea/Disoc

Conforme se observa no gráfico acima, a taxa de alfabetização nessa faixa etária teve ampliação de 3,2 p.p. no período 2004-2014, o que corresponde a um aumento médio anual de apenas 0,3 p.p., e atingiu 91,7% neste último ano. Por sua vez, o PNE estabelece como meta para 2015 a taxa de 93,5%, ou seja, 1,8 p.p. acima daquela registrada no último ano do período sob análise. Cabe ressaltar que, para se lograr aumento desta ordem, foram necessários sete anos (2007-2014).

Tampouco é crível o alcance da meta de erradicação do analfabetismo até o fim da vigência do PNE 2014-2024, que implicaria aumento médio anual de 0,8 p.p. na taxa de alfabetização, especialmente quando se tem em conta que é justamente essa população analfabeta a que reúne as menores probabilidades de inserção, permanência e sucesso nos programas de alfabetização de jovens e adultos.

Mantidos o desenho, a cobertura e a forma de implementação da maioria dos programas existentes, dificilmente poderá haver ampliação dos índices na velocidade requerida pelas metas estabelecidas pelo PNE.

Além de a taxa média se situar muito aquém das metas estabelecidas pelo PNE 2014-2024, deve-se ter em conta que aquela ainda encobre desigualdades pronunciadas, a começar pela dimensão regional. Por exemplo, na região Sul, onde foi registrada a maior taxa (95,6%), já se atingiu padrão comparável ao de Portugal (IDH 2014), mas, no Nordeste, com taxa de apenas 83,4%, tem-se um nível de alfabetização semelhante ao dos países mais pobres da América Central. A evolução deste indicador no período 2004-2014 pode ser observada na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (Brasil e macrorregiões, 2004 a 2014)

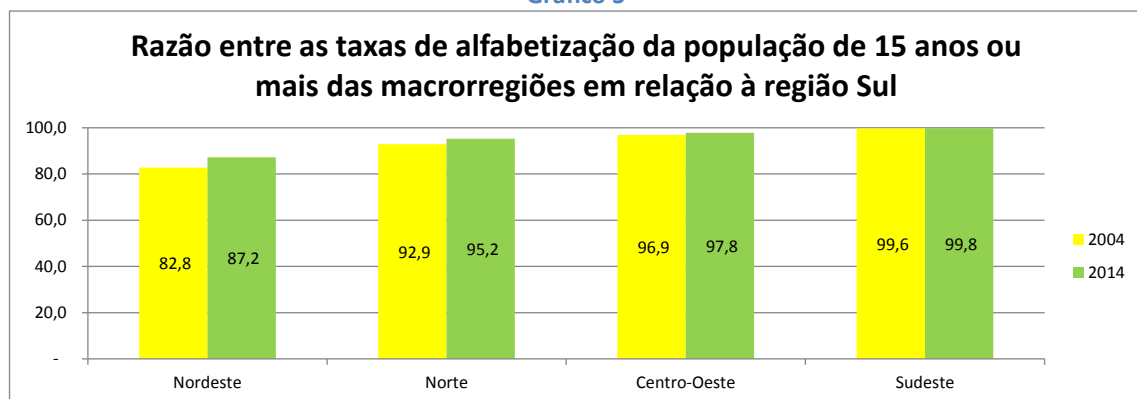
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	88,6	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3	91,5	91,7
Norte	87,0	88,1	88,3	88,7	88,8	89,1	89,8	90,0	90,5	91,0
Nordeste	77,6	78,1	79,3	80,1	80,6	81,3	83,2	82,6	83,1	83,4
Sudeste	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2	95,4
Sul	93,7	94,1	94,3	94,5	94,6	94,5	95,1	95,6	95,4	95,6
Centro-Oeste	90,8	91,1	91,7	91,9	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5	93,5

Fonte: IBGE/PNADs 2004 a 2014

Elaboração: Ipea/Disoc

Apesar de ainda existirem desigualdades significativas entre as macrorregiões brasileiras, um fato positivo chama a atenção: trata-se da redução das desigualdades inter-regionais ao longo dessa década, conforme é mostrado no gráfico 5.

Gráfico 5

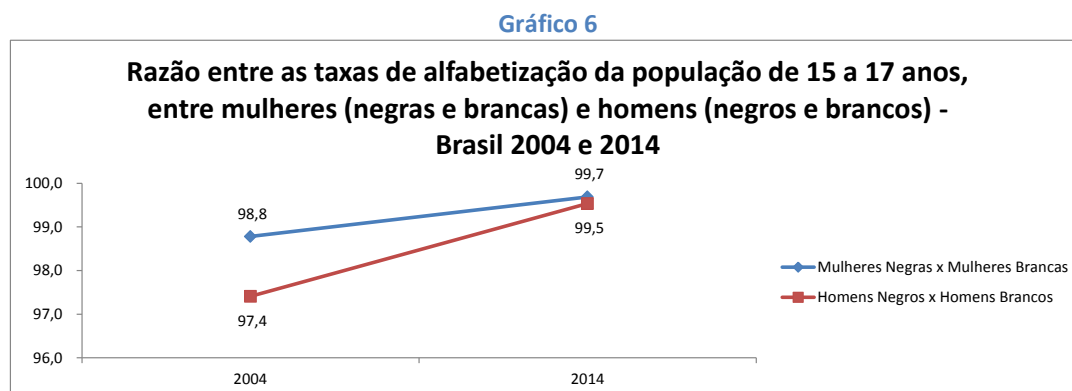


Fonte: IBGE/PNADs 2004 e 2014

Elaboração: Ipea/Disoc

É possível observar no gráfico acima que todas as demais regiões se aproximaram do padrão alcançado pela região Sul, que, ao longo do período sob análise, manteve a liderança em relação à taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais.

Outro fato positivo diz respeito à quase universalização da alfabetização entre jovens de 15 a 17 anos, ao se atingir 99,1% dessa faixa etária. Em grande medida, esse índice reflete o processo de inclusão educacional devido à ampliação do acesso ao ensino fundamental, especialmente nas duas últimas décadas. Com isso, também foi possível reduzir as desigualdades de gênero associadas à etnia/cor, tal como é mostrado no gráfico 6.



Fonte: IBGE/PNADs 2004 e 2014

Elaboração: Ipea/Disoc

O gráfico acima mostra que as diferenças nas taxas de alfabetização associadas à etnia/cor foram reduzidas de forma significativa. Apesar de os homens negros apresentarem ligeira desvantagem em relação ao patamar alcançado pelas mulheres negras, deve-se salientar que os primeiros avançaram cerca de 2 p.p. em uma década.

3. Considerações finais

Em síntese, os dados da PNAD 2014 reiteram os avanços obtidos na última década no que tange à ampliação da escolaridade dos jovens brasileiros, mas também reiteram a necessidade de maior atenção junto aos segmentos populacionais de maior idade.

Mesmo em relação aos jovens, existem desigualdades que deverão ser reduzidas, sob o risco de não serem alcançadas as metas estabelecidas pelo PNE 2014-2024. De modo geral, os maiores desafios ficam por conta da inclusão dos segmentos populacionais mais vulneráveis, para os quais deverão ser desenhados programas e ações que levem em consideração suas especificidades.

Breve Análise dos Dados da PNAD 2014 para o Mercado de Trabalho

Lauro Ramos

A recente divulgação dos dados relativos à Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE) para o ano de 2014 permite colocar em perspectiva o desempenho do mercado de trabalho brasileiro, por meio da comparação dos resultados de seus principais indicadores, ao longo dos últimos 10 anos.

A trajetória da taxa de desemprego⁶, indicador que sintetiza as variações observadas na demanda e oferta do fator trabalho, que até então mostrava uma tendência de queda, só interrompida brevemente uma vez em 2009 para ser retomada logo em seguida, e outra em 2013, confirmou em 2014 as dificuldades crescentes que as condições da economia vêm impondo ao mercado de trabalho. Ao constatar uma elevação nessa taxa pelo segundo ano seguido, mesmo que em patamar ainda inferior ao observado na década anterior, a avaliação que se impõe é preocupante. Para tanto, vale lembrar que o excepcional desempenho do mercado de trabalho nos primeiros anos da presente década acabou por constituir um dos pilares da dinâmica econômica então observada ao permitir a continuidade do crescimento do consumo das famílias. Assim, ao dobrar-se às vicissitudes do cenário econômico, o mercado laboral não apenas sofre as consequências de primeira ordem, mas também as de segunda ordem, por conta da ruptura do processo de retroalimentação positiva antes existente. Essas condições ensejavam a ativação do sinal de alerta, sendo sua intensidade ditada por outros indicadores de natureza mais qualitativa, com destaque para a evolução de rendimentos e informalidade.

O comportamento desses índices segundo os resultados da PNAD 2014 são, a princípio, menos alarmantes. Afinal, os rendimentos continuaram em processo de contínuo crescimento desde 2004, enquanto a informalidade apresentava seu segundo melhor resultado no período, quase que 13 p.p. abaixo do verificado naquele ano⁷. Uma leitura mais atenta, contudo, revela indícios de que a sequência de melhoria na qualidade de postos e condições de trabalho poderia estar próxima do seu final. Por um lado, após uma sequência de reduções, pela primeira vez a taxa de informalidade experimenta crescimento em 2014. Muito pequeno, é verdade, mas bastante distante das pujantes quedas de cerca de 2,5 p.p. em 2009/11. Por outro, o crescimento do rendimento médio real, que fora superior a 7% em 2006 e próximo de 6% ainda em 2012, ficou abaixo de 1% em 2014 pela primeira vez no intervalo considerado. A combinação dessas duas leituras por si só não é alarmante, mas configura um quadro claro de perda de fôlego do mercado e indica um provável epílogo do processo de ganhos qualitativos desse mercado.

⁶ Os dados referentes aos indicadores aqui discutidos estão na tabela da próxima página.

⁷ Foi usado aqui como taxa de informalidade a soma dos trabalhadores sem carteira e os conta-própria, dividida pela soma dos trabalhadores protegidos (com carteira, militares e servidores públicos), trabalhadores sem carteira, conta-própria e empregadores.

Enfim, as evidências de retrocessos em termos quantitativos e de dificuldades de manutenção dos progressos em termos quantitativos, juntamente com o papel importante do mercado de trabalho no processo econômico em curso, tornavam plausível um prognóstico pessimista em relação ao desempenho do mercado de trabalho que hoje se constata por meio de outras pesquisas de natureza conjuntural.

Tabela 1

	Taxa Desemprego (%)	Taxa Informalidade (%)	Rendimento Real (R\$ ago2014)	Queda na taxa informalidade (pp)	Varição rendimento real (%)
2004	8,9	52,88	1.192,53	-	-
2005	9,3	52,03	1.242,19	0,86	4,16
2006	8,4	50,70	1.331,28	1,32	7,17
2007	8,1	49,29	1.373,86	1,41	3,20
2008	7,1	48,04	1.396,20	1,25	1,63
2009	8,3	46,95	1.427,17	1,09	2,22
2011	6,7	42,01	1.555,26	2,49*	4,40*
2012	6,1	41,11	1.642,55	0,90	5,61
2013	6,5	39,66	1.704,46	1,46	3,77
2014	6,9	39,93	1.720,41	-0,28	0,94

Fonte: PNAD/IBGE

Nota: Média anual do período 2010-2011

Cobertura previdenciária na PNAD 2014

Leonardo Alves Rangel

A Previdência Social possui dois objetivos básicos, quais sejam: seguro contra contingências diversas e suavização de renda. Como seguro contra contingências diversas entende-se que o sistema de previdência garante a renda do indivíduo quando da ocorrência de alguma contingência como gravidez, acidente, doença e tantas outras. A suavização de renda, por sua vez, pode ser entendida como um mecanismo que evita a queda abrupta da renda dos indivíduos na velhice, quando se supõe que a capacidade de gerar renda do trabalho diminui.

Desta forma, o alcance dos dois objetivos clássicos de um sistema de previdência está intimamente ligado ao conceito de cobertura previdenciária. No caso da população ocupada, relaciona-se ao objetivo de seguro contra contingências diversas. A cobertura da população idosa relaciona-se ao objetivo de suavização de renda.

Isto posto, esta breve nota analisará o comportamento da cobertura previdenciária da população ocupada (PO) de 16 a 64 anos e da população idosa (65 anos ou mais).

Tabela 1 – Evolução da cobertura previdenciária da População Ocupada de 16 a 64 anos (2004-2014)
(%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Contr. RGPS	42,4	43,6	44,8	46,3	47,7	48,9	53,6	54,8	56,0	56,5
Militares	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,4	0,4	0,4
FP - Estatutários	6,6	6,4	6,7	6,9	7,0	7,2	7,2	7,3	7,3	7,1
Seg. Esp.	11,7	11,3	10,5	10,1	9,3	9,0	8,2	7,5	7,4	7,0
Benef. não contr.	2,3	2,4	2,3	2,2	2,2	2,1	1,7	1,7	1,8	1,9
Cobertos	63,4	64,0	64,6	65,7	66,4	67,5	71,0	71,7	72,8	72,9
Não cobertos	36,6	36,0	35,4	34,3	33,6	32,5	29,0	28,3	27,2	27,1

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE

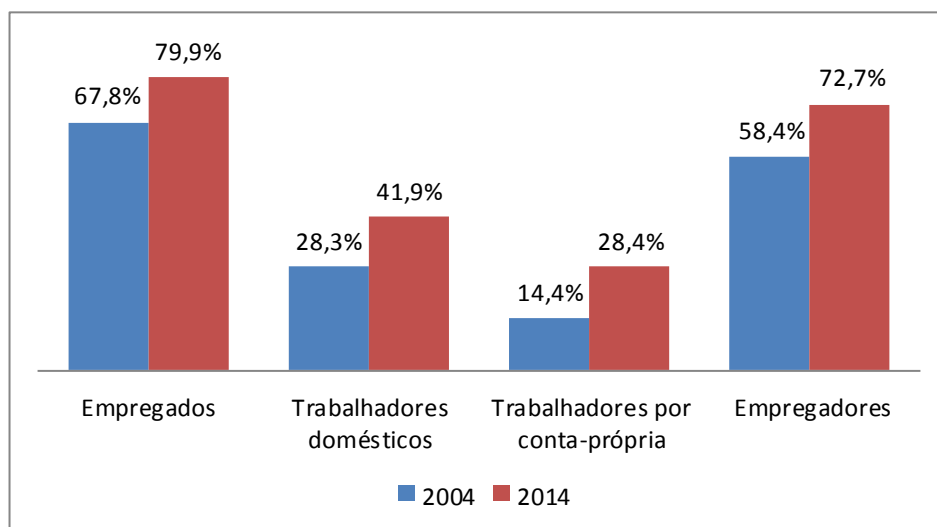
Elaboração dos autores.

Nota: No ano de 2010, por conta de ser ano de Censo Demográfico, a PNAD não foi a campo.

A partir da tabela 1, pode-se observar um movimento de contínuo aumento da cobertura previdenciária da PO de 2004 a 2013. Entre 2013 e 2014, houve relativa estabilidade dessa cobertura. Nota-se que os contribuintes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceram de 42,4% em 2004 para 56,5% da PO em 2014. Esta foi a categoria que mais contribuiu para a ampliação da cobertura previdenciária no período.

Parte-se agora para a análise da proporção de contribuintes exclusivamente do RGPS em comparação direta entre os anos de 2004 e 2014. É possível notar forte crescimento na proporção de ocupados que contribuem para o RGPS.

Gráfico 1 – Proporção de contribuintes do RGPS na população ocupada (16 a 64 anos), segundo posições na ocupação – 2004 e 2014



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE. Elaboração dos autores.

O gráfico 1 mostra que quase 80% dos empregados estavam cobertos pelo RGPS em 2014. Destaque também para os trabalhadores domésticos (de 28,3% em 2004 para 41,9% em 2014) e para os trabalhadores por conta-própria, com quase o dobro da cobertura em 2014 em relação a 2004.

A medição da cobertura dos idosos apresenta certa particularidade. É possível que a pessoa entrevistada pelo IBGE declare que recebe aposentadoria quando na verdade ela recebe o Benefício de Prestação Continuada criado a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS). Tal engano é bastante compreensível, uma vez que ela solicita o benefício junto a uma agência do INSS e seu valor é igual ao piso previdenciário (1 salário-mínimo). Assim, foram feitas tabulações em que se apresentam apenas o quantitativo que declara receber aposentadoria e pensão e outra onde é declarado o recebimento de aposentadoria, pensão e benefício social de valor igual ao salário-mínimo.

Tabela 2 – Evolução da cobertura de idosos (65 anos ou mais) – 2004 a 2014

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Beneficiários da Previdência (milhões)										
Cobertos	10,7	11,2	11,5	11,9	12,8	13,3	14,2	15,0	15,5	16,3
Não cobertos	1,5	1,5	1,8	1,9	1,8	1,9	2,0	2,2	2,3	2,5
Beneficiários da Previdência e BPC/LOAS (milhões)										
Cobertos	11,0	11,5	12,1	12,4	13,3	13,9	14,7	15,6	16,2	17,2
Não cobertos	1,2	1,2	1,2	1,4	1,3	1,4	1,5	1,6	1,6	1,6
Previdência (%)										
Cobertos	87,9	88,2	86,5	86,5	87,4	87,4	87,5	87,1	87,2	86,6
Não cobertos	12,1	11,8	13,5	13,5	12,6	12,6	12,5	12,9	12,8	13,4
Previdência + BPC/LOAS (%)										
Cobertos	89,9	90,6	90,9	89,9	90,8	91,1	90,5	90,9	90,8	91,3
Não cobertos	10,1	9,4	9,1	10,1	9,2	8,9	9,5	9,1	9,2	8,7

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE. Elaboração dos autores.

Nota: No ano de 2010, por conta de ser ano de Censo Demográfico, a PNAD não foi a campo.

Os dados da tabela 2 mostram que o percentual de pessoas que declaram recebimento de benefício previdenciário apresentou certa estabilidade entre 2004 e 2013, com queda deste para 2014. Contudo, quando se somam os benefícios assistenciais, a cobertura cresce de 2013 para 2014, atingindo mais de 91% da população com 65 anos ou mais.

PNAD 2014 - Alterações recentes no mundo do trabalho, segundo marcadores de gênero e raça

Natalia Fontoura

Antonio Teixeira Lima Jr.

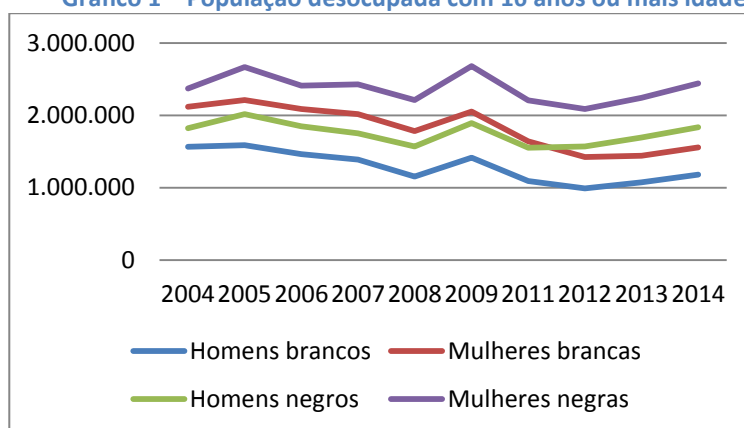
Carolina Orquiza Cherfem

O mundo do trabalho é o lugar em que se expressam de forma mais evidente os efeitos positivos e negativos de uma determinada conjuntura ou ciclo econômico. Isto posto, pretende-se observar, de forma preliminar, de que modo os eixos de subordinação de gênero e raça interagem com a estrutura de classes, afetando as posições relativas de mulheres e homens, negros e brancos no mundo do trabalho. Numa estrutura social atravessada por diferentes sistemas discriminatórios, o que revelam os dados da PNAD 2014 a respeito do trabalho doméstico, das taxas de desocupação, da formalização do emprego e dos padrões remuneratórios identificados segundo os marcadores de gênero e raça? Quais são os grupos sociais mais sensíveis a uma conjuntura de baixo crescimento econômico?

Os dados sobre ocupação em 2014 apresentam poucas alterações no curtíssimo prazo, motivo pelo qual é prematuro tecer afirmações peremptórias a respeito do que vem ocorrendo nos indicadores de emprego na atual conjuntura econômica. Contudo, algumas mudanças podem ser apontadas se considerarmos a trajetória das taxas de desocupação e do trabalho formal/informal nos últimos 11 anos.

A população desocupada no Brasil, que vinha apresentando tendência de queda até 2012, cresceu desde então, embora as taxas de crescimento sejam baixas. As mulheres negras são maioria entre a população desocupada com mais de 16 anos em 2014, seguidas de homens negros, mulheres brancas e homens brancos, conforme se pode observar do gráfico abaixo.

Gráfico 1 – População desocupada com 16 anos ou mais idade



Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração: Ipea/DISOC.

* a PNAD não foi realizada no ano de 2000 e 2010.

** a população negra é composta por pretos e pardos.

O incremento da desocupação, ainda que marginal, não foi distribuído de forma homogênea entre todos os grupos aqui discriminados. Considerando-se a desocupação produzida entre 2013 e 2014, os grupos sociais mais atingidos foram, respectivamente, as mulheres negras (35,1%), homens negros (25,2%), mulheres brancas (20,5%) e homens brancos (19,06%). O comportamento conjuntural das taxas de desocupação são indicadores da qualidade das relações de trabalho, podendo-se inferir que os homens brancos tendem a ocupar as melhores posições sociais no mundo do trabalho, ao passo que a população negra, sobretudo as mulheres, inserem-se nos setores mais precarizados e são mais atingidas pelo desemprego.

A taxa de desocupação medida pelo IBGE, contudo, fornece elementos limitados para a análise da qualidade das ocupações, melhor percebida quando consideramos os padrões remuneratórios, a estabilidade, cobertura previdenciária e acesso a direitos. Um dos indicadores mais sensíveis e capazes de ilustrar a qualidade do emprego no mundo do trabalho é o peso percentual das relações de trabalho com carteira assinada.

No ano de 2004, o percentual de empregados com carteira assinada era de 31,2%, com pico em 2013, quando esta modalidade passou a ser a via de acesso ao trabalho para 40,4% da população ocupada com 16 anos ou mais de idade. Os dados da PNAD 2014 apontam, pela primeira vez em 10 anos, para a queda neste indicador, que ficou em 39,7%. Homens e mulheres, brancos e negros tiveram aumento de suas taxas de participação no emprego com carteira assinada entre 2003 e 2013, com pequena queda no ano de 2014.

As diferenças entre homens e mulheres, brancos e negros, mantiveram-se estáveis em toda a série histórica, motivo pelo qual se pode inferir que a trajetória recente de melhora qualitativa das relações de trabalho não foi capaz de alterar o cenário estrutural de desigualdades de gênero e raça. Apenas a título de exemplo, 31,3% das mulheres negras ocupadas com 16 anos ou mais de idade em 2014 estão inseridas no mundo do trabalho através do emprego com carteira assinada. Esta taxa de participação é inferior ao percentual de homens brancos com carteira assinada dez anos atrás (38,3%).

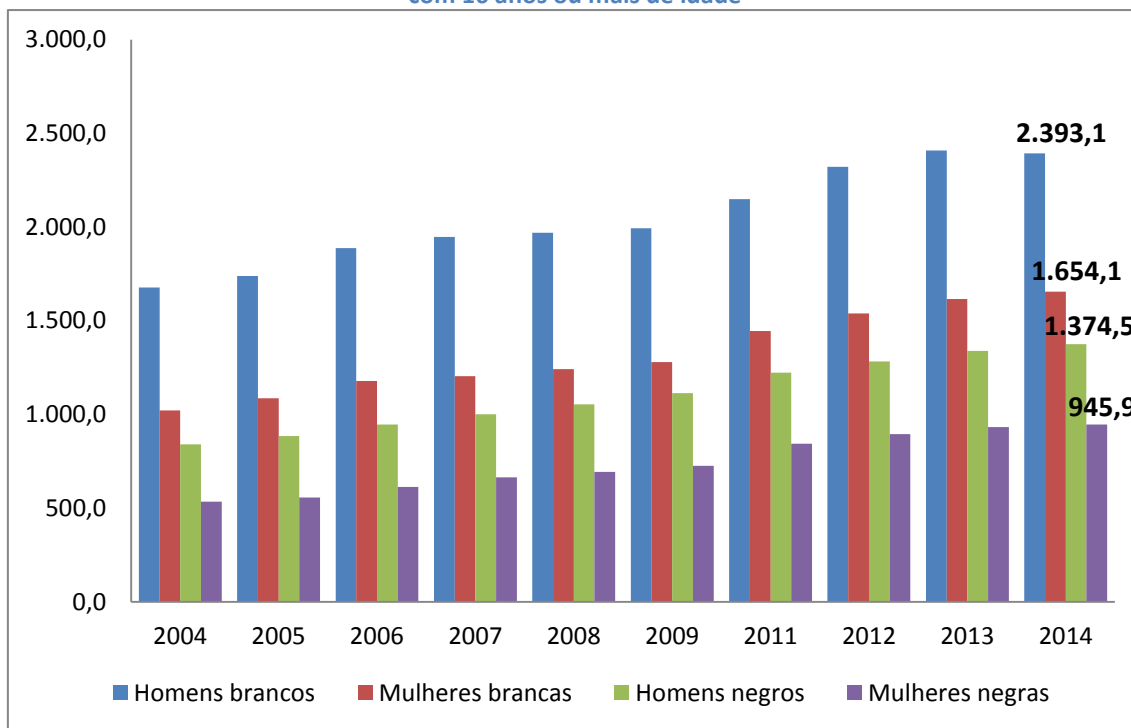
A informalidade⁸ voltou a crescer após longa trajetória de queda, passando de 45,4% em 2013 para 46,5% em 2014, merecendo destaque o aumento do percentual de trabalhadores por conta própria em todos os grupos sociais. O aumento da informalidade representa uma maior vulnerabilização dos segmentos em análise num cenário de baixo crescimento econômico. Os homens negros possuem a maior taxa de participação no trabalho informal em comparação com os demais grupos sociais discriminados por gênero e raça.

A despeito da piora dos indicadores de inserção no mundo do trabalho, o rendimento médio do trabalho principal da população ocupada cresceu para quase todos os

⁸ Taxa correspondente ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados + empregadores).

grupos em 2014, à exceção dos homens brancos. Porém, o ritmo de crescimento apresenta nítidos sinais de arrefecimento, com taxas de crescimento inferiores a 3% para os demais grupos, conforme se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada com 16 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Disoc/Ipea

* a PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010

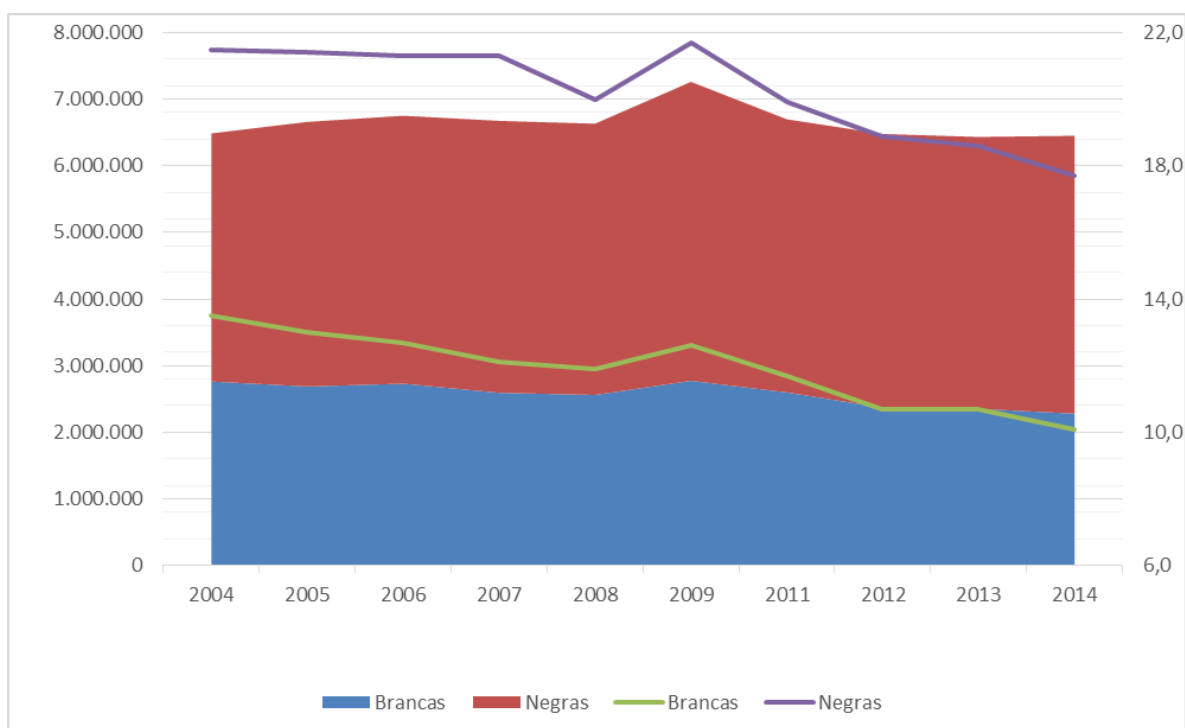
** a população negra é composta por pretos e pardos

*** rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2014

Emprego doméstico no Brasil

O trabalho doméstico remunerado no Brasil segue sendo uma importante ocupação feminina (em 2014, 14% das ocupadas com 16 anos ou mais de idade estavam no emprego doméstico), mais especialmente para as mulheres negras (17,6%). Trata-se de um trabalho que enseja reflexões acerca da forma como nossa sociedade se construiu e se organiza, pois as relações entre empregadas e empregadores/as somente podem ser lidas de maneira completa se incorporadas e inter-relacionadas às perspectivas de gênero, raça e classe.

Gráfico 3 – Trabalhadoras domésticas por cor/raça e proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupadas por cor/raça – Brasil, 2004-2014

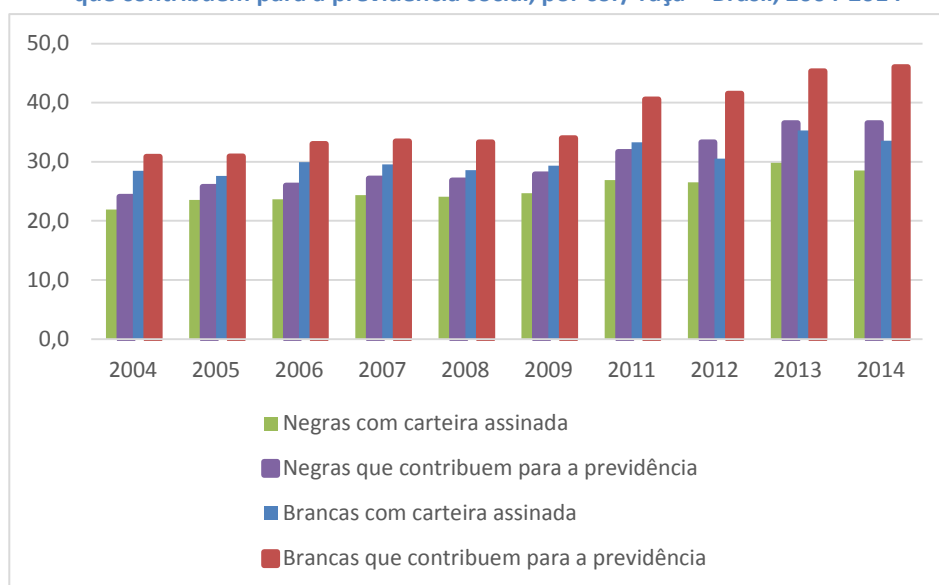


Fonte: PNAD/ IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Apesar dos avanços legislativos recentes – com a aprovação da Emenda Constitucional 72, em 2013, e da lei que regulamenta seus dispositivos, Lei Complementar 150/2015 –, esta é uma ocupação que segue marcada pela precariedade. Em 2014, somente 30% da categoria possuíam carteira de trabalho assinada. Considerando aquelas que afirmaram contribuir para a Previdência Social, a proporção chega a quase 40%. Esses dados revelam, portanto, que somente 4 em cada 10 trabalhadoras estavam protegidas socialmente, com acesso aos “novos” direitos que foram garantidos à categoria após décadas de atraso.

Gráfico 4 – Proporção das trabalhadoras domésticas que possuem carteira de trabalho assinada e das que contribuem para a previdência social, por cor/ raça – Brasil, 2004-2014

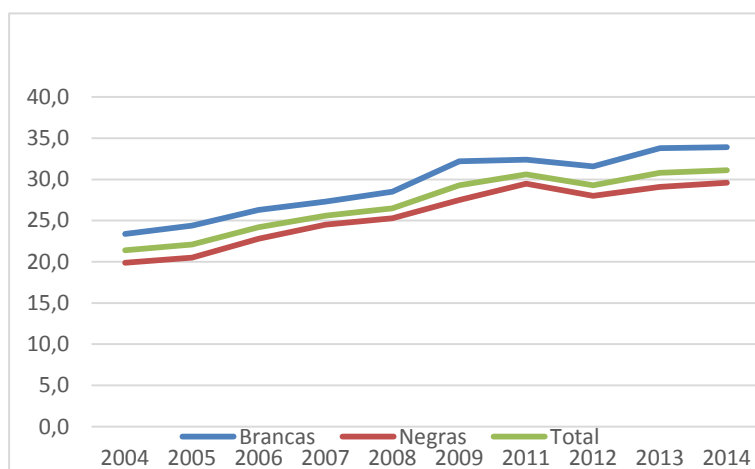


Fonte: PNAD/ IBGE
Elaboração: Disoc/Ipea

O aumento da importância das trabalhadoras que contribuem para a Previdência Social, mas que não têm carteira assinada, parece estar relacionado ao aumento de trabalhadoras domésticas sem vínculo de emprego, as chamadas “diaristas”, para as quais não há obrigação legal de os empregadores assinarem a carteira de trabalho. Nos casos em que o serviço é oferecido no domicílio menos de três vezes por semana, cabe à trabalhadora a contribuição autônoma⁹. Na PNAD, não é levantada a informação sobre mensalistas e diaristas, mas se questiona se a trabalhadora presta serviços em um ou mais de um domicílio. O número daquelas que trabalham em mais de uma casa vem crescendo de maneira continuada ao longo da década, chegando a 31% em 2014.

⁹ Tramita no Congresso Nacional projeto de lei para regulamentar a situação das diaristas, não contempladas pela nova legislação. Até o momento, existe tão somente alguma jurisprudência para a definição do que se considera ou não vínculo empregatício no caso do trabalho doméstico. As trabalhadoras domésticas sem carteira assinada que optam pela contribuição à Previdência Social o fazem na condição de contribuintes individuais. Há algumas diferenças, no entanto, em relação aos direitos da trabalhadora com carteira assinada e da trabalhadora contribuinte individual. Esta última não recebe salário-família, auxílio-acidente e, contribuindo com a alíquota reduzida (11%), não pode ter acesso à aposentadoria por tempo de contribuição, e o valor da aposentadoria não ultrapassa o salário mínimo.

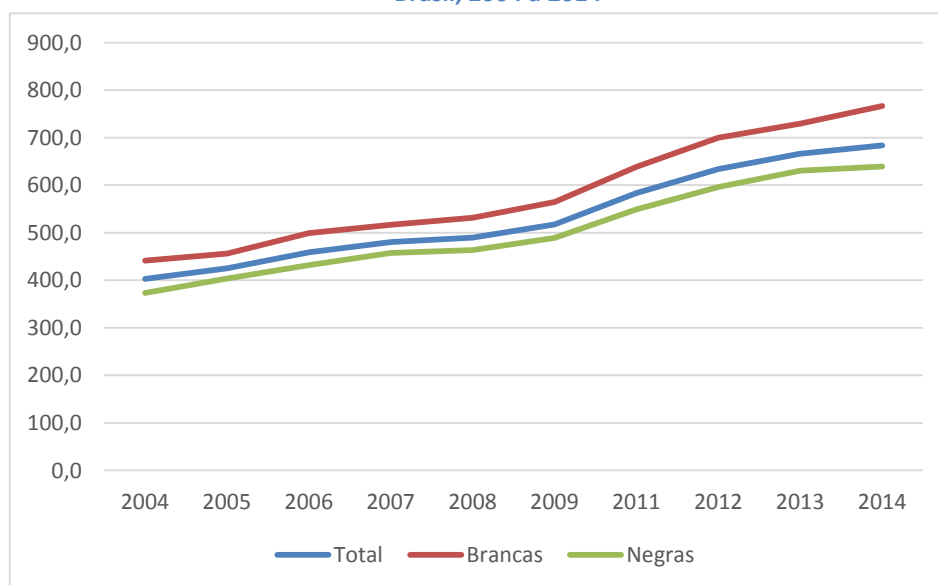
Gráfico 5 – Proporção de trabalhadoras domésticas que prestam serviço em mais de um domicílio, por cor/ raça – Brasil, 2004-2014



Fonte: PNAD/ IBGE
Elaboração: Disoc/Ipea

Outra característica clara de precariedade são os baixos rendimentos da categoria: em 2014, o rendimento médio sequer alcançava o salário mínimo (era de R\$ 683, para um S.M. de R\$ 724). Esses números assustam, e, ao mesmo tempo em que escondem a diversidade presente na categoria (como em geral ocorre com médias), revelam que a situação de um expressivo grupo ainda é de forte exploração.

Gráfico 6 – Rendimento médio mensal das trabalhadoras domésticas por cor/raça Brasil, 2004 a 2014

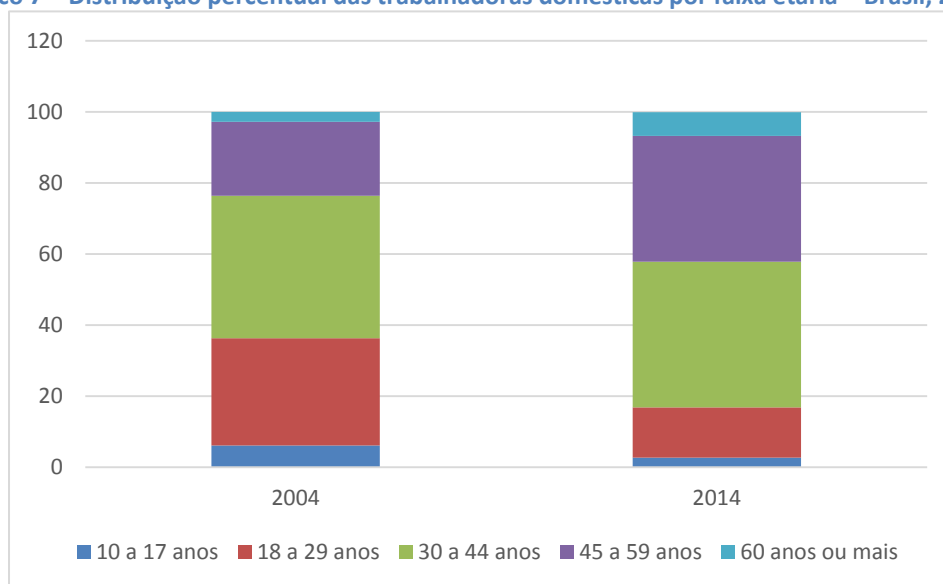


Fonte: PNAD/ IBGE
Elaboração: Disoc/Ipea

Como pode ser observado nos gráficos acima, o racismo e a discriminação revelam-se não somente no fato de que a maioria das trabalhadoras domésticas (65%) são negras, mas também, e de maneira ainda mais expressiva, nos persistentes indicadores desfavoráveis das domésticas negras, que têm menos acesso a direitos e recebem salários menores.

Finalmente, um fenômeno anteriormente apontado¹⁰, e que a análise dos números na década confirma, é o envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas. Em 2004, as trabalhadoras jovens, com idade entre 18 e 29 anos, representavam 30% da categoria; dez anos depois, este peso cai mais da metade (somente 14% das trabalhadoras domésticas se encontravam nesta faixa etária em 2014). Esta dinâmica parece revelar a não-atratividade do emprego doméstico para as mulheres mais jovens, que têm tido a chance de se escolarizar mais e que optam por entrar no mercado de trabalho em outras ocupações – ou, ainda, preferem a desocupação ao emprego doméstico, quadro ainda a ser explorado e estudado.

Gráfico 7 – Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas por faixa etária – Brasil, 2004 e 2014



Fonte: PNAD/ IBGE
Elaboração: Disoc/Ipea

¹⁰ Na Nota Técnica “Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil” (de Luana Pinheiro, Roberto Gonzalez e Natália Fontoura – Nota Técnica Disoc/Ipea n° 10, de agosto de 2012).

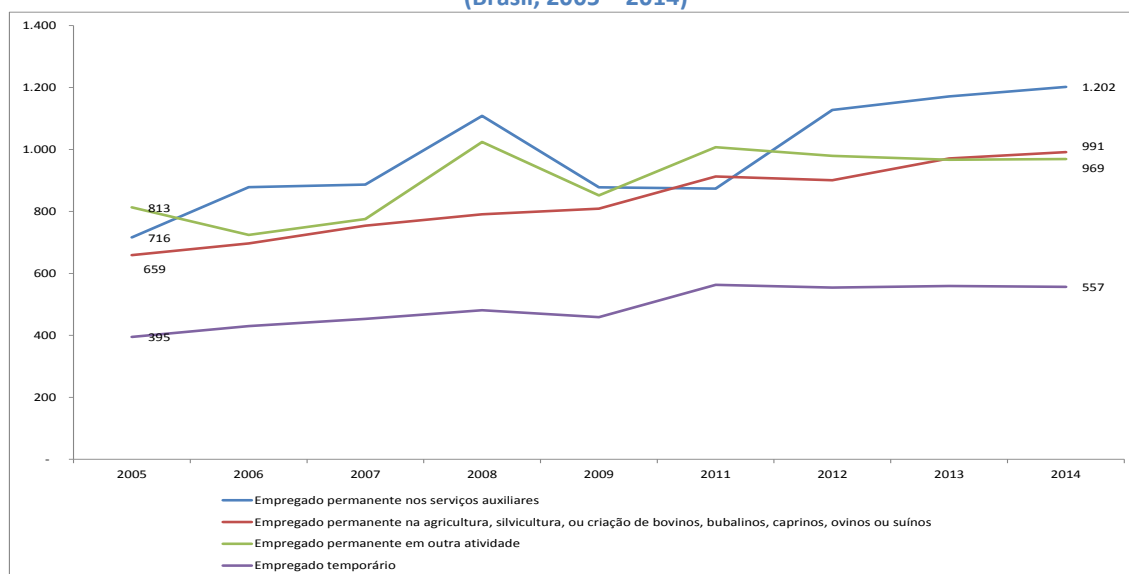
Evolução do emprego agrícola entre 2005 e 2014: pequenos ganhos contra a precariedade predominante

Alexandre Arbex Valadares

Marcelo Galiza Pereira de Souza

Nos últimos anos, observaram-se importantes alterações no quadro geral do assalariamento agrícola no país. De 2005 a 2014¹¹, o rendimento médio dos assalariados agrícolas – conjunto que abrange empregados permanentes e temporários e exclui trabalhadores por conta própria – teve aumento real significativo. Segundo a PNAD, no início desse período, empregados permanentes diretamente envolvidos na atividade agropecuária recebiam, em média, R\$ 659 por mês, ao passo que em 2014 seus rendimentos alcançavam R\$ 991, uma alta real de 50,5%. Entre os empregados permanentes em serviços agrícolas auxiliares, o crescimento foi ainda maior: alcançou 67,8%, tendo saltado de R\$ 716 para R\$ 1.202. A renda média mensal dos empregados temporários, por sua vez, subiu de R\$ 395 para R\$ 557, anotando crescimento real de 40,9% entre os mesmos anos. O gráfico 1¹² apresenta a favorável evolução do rendimento do emprego agrícola no período em análise.

Gráfico 1 – Evolução do rendimento médio real* dos assalariados agrícolas (Brasil, 2005 – 2014)



Fonte: PNAD/IBGE

*Em reais de setembro de 2014, deflacionados pelo INPC

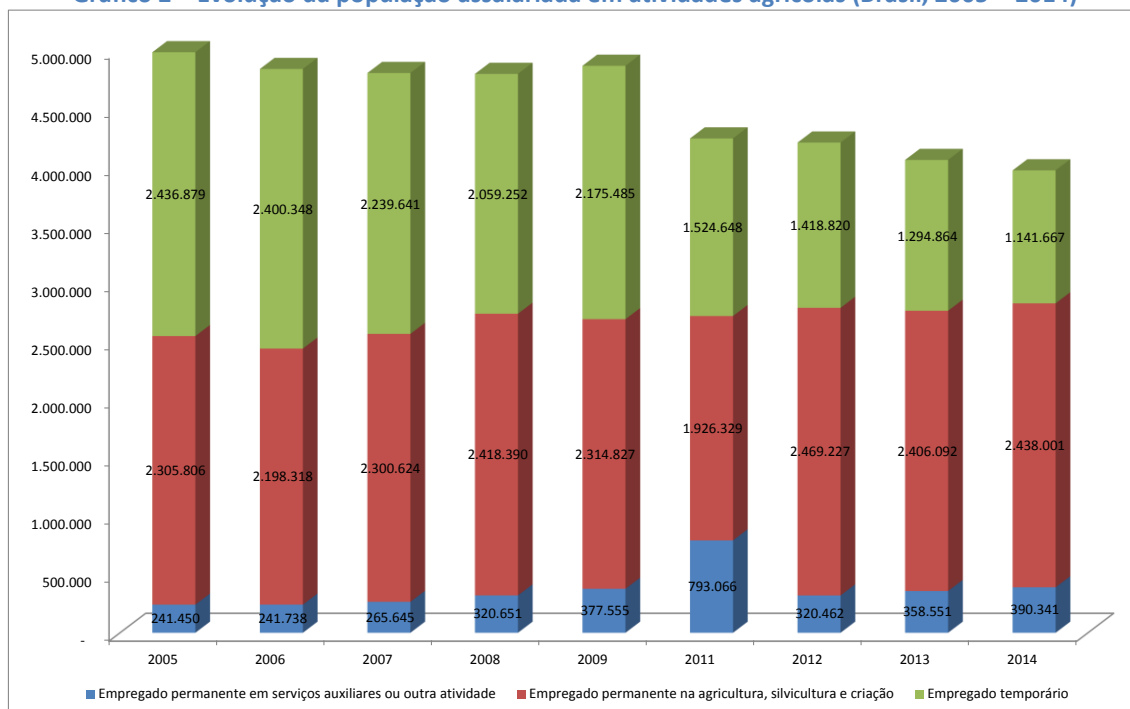
¹¹ Optou-se por adotar 2005 como ano de partida do período analisado porque apenas após 2004 a PNAD passou a cobrir as áreas rurais da região Norte, incorporando a seu universo toda a população brasileira.

¹² Para os demais empregados agrícolas permanentes, classificados “em outras atividades”, os ganhos salariais entre 2005 e 2014 foram de 19,2%.

Os ganhos observados, certamente, são tímidos para reverterem a histórica precariedade da situação do emprego agrícola. Não concorreram, também, para mitigar as desigualdades de posição entre os assalariados do campo, nem se distribuíram equitativamente pelas regiões. A diferença relativa entre as remunerações de empregados permanentes e temporários observada em 2005 – quando estes recebiam apenas 60% da renda daqueles – manteve-se praticamente inalterada em 2014, quando o rendimento médio mensal dos empregados temporários ficou limitado a 56% do dos permanentes. Além disso, as rendas do trabalho dos empregados permanentes das regiões Sudeste e Sul registraram, de 2005 a 2014, altas de 53% e 51%, respectivamente, contra 38% e 41% no Norte e no Nordeste. Com efeito, no último ano desse período, os empregados permanentes daquelas duas regiões ganhavam aproximadamente 1,7 vez mais que os nordestinos. Para os empregados temporários, verificaram-se, em termos proporcionais, praticamente as mesmas disparidades regionais quanto aos rendimentos.

Por outro lado, o aumento salarial não foi o único indicador de melhoria das condições do trabalho assalariado no campo. Outro importante indício positivo diz respeito ao crescimento da taxa de formalização: em 2005, somente 31,9% dos empregados – entre permanentes (contando os vinculados a serviços auxiliares ou a outra atividade ligada à agropecuária) e temporários – tinham carteira de trabalho assinada; em 2014, os formalizados somaram 43,2% do total. Tal incremento decorreu de dois movimentos: a expansão da formalização dos empregados permanentes – de 50,2%, em 2005, para 54,5%, em 2014 –, conjugada ao crescimento absoluto de 11% do total de empregados permanentes e ao conseqüente aumento da participação relativa desse grupo – de 51,1% para 71,2% – sobre o total de assalariados agrícolas no período. De outra parte, se a taxa de formalização dos empregados temporários permaneceu entre 12% e 15% entre 2005 e 2014, seu contingente total decresceu 53,2%. É exatamente a redução de 1,3 milhão de ocupados desse grupo que responde pela queda de 20,3% do total de assalariados agrícolas entre esses anos. Em outras palavras, houve uma importante queda do contingente total de assalariados agrícolas no período, mas essa queda se deu, essencialmente, nas ocupações mais precárias, conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução da população assalariada em atividades agrícolas (Brasil, 2005 – 2014)



Fonte: PNAD/IBGE

Portanto, os dados até aqui apresentados sugerem que, entre 2005 e 2014, o mercado de trabalho assalariado agrícola experimentou uma importante retração – o que levanta o problema da incorporação desses trabalhadores em outras atividades. Por outro lado, em princípio, ocorreu alguma atenuação de elementos de precariedade característicos das condições de trabalho rural: houve aumento da formalização e dos rendimentos, além do crescimento do emprego permanente, que absorveu uma pequena parte da diminuição do emprego temporário.

De maneira geral, as mudanças nas relações de trabalho assalariado no campo incidem, principalmente, sobre os empregados vinculados a grandes setores da agricultura patronal, como as monoculturas de escala e a pecuária de leite e corte. Segundo a RAIS, dos 1.499.466 empregados formais registrados em 2013 em atividades agropecuárias (ativos em dezembro de 2013)¹³, 52% estavam vinculados às culturas de cana, soja, café, laranja e à criação de bovinos. Subsistem, certamente, diferenças específicas entre tais setores, mas é possível afirmar, como elementos comuns a elas, que suas atividades produtivas se concentram em grandes propriedades rurais¹⁴ e que passam por intenso processo de mecanização, o que, em diversos níveis, reduz o nível de contratação e substitui trabalhadores com vínculos precários e baixas remunerações por operadores técnicos com

¹³ Atividades correspondentes à seção A da tipologia da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE/IBGE), englobando ainda produção florestal e aqüicultura.

¹⁴ Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, estabelecimentos com mais de 500 ha respondiam, em 2006, por 70% da área colhida de cana e 62% da área colhida de soja. Laranja e café, embora ocupem áreas menores por estabelecimento em virtude de suas características agrônomicas, registravam, em 2006, as maiores concentrações de área colhida entre as lavouras permanentes.

capacitação específica: em tese, estes ingressam na relação de emprego em posição mais favorável que a de empregados temporários.

Outro importante elemento da mecanização das várias etapas do processo produtivo é que, em geral, ela vem acompanhada de novas práticas de gestão e de controle da mão de obra, que se vê obrigada a aumentar a intensidade do trabalho. Não raro, o próprio maquinário introduzido passa a ditar o ritmo do trabalho, e o controle individual da produção faz com que somente aqueles que atingem patamares mínimos de produtividade diários permaneçam empregados (Dieese, 2012, pp.132-3¹⁵). Souza (2013)¹⁶, ao tratar da modernização da agroindústria canavieira, revela como se dá este processo. Segundo a autora, o desenvolvimento de sofisticados sistemas de incentivos e prêmios por produtividade tem possibilitado que mais toneladas de cana sejam cortadas por um número menor de cortadores, os denominados “campeões de produtividade”. A esses são concedidos prêmios pecuniários que chegam a representar de cinco a seis vezes o piso da categoria e, ainda, a possibilidade de ascensão a atividades “mais nobres”, como operador de colheitadeira, motorista e auxiliar de manutenção automotiva. Neste cenário, portanto, mantêm-se no emprego apenas os trabalhadores mais produtivos, muitas vezes recebendo salários maiores, porém muito mais suscetíveis a doenças e acidentes do trabalho, ou mesmo à morte.

Se os fatores microeconômicos ressaltados explicam parte da dinâmica do mercado de trabalho agrícola, é preciso compreendê-los a partir do contexto macroeconômico, reconhecendo a centralidade deste na determinação da renda e do emprego. Desde a crise cambial de 1999, a reestruturação econômica do chamado “agronegócio” foi orquestrada pelo Estado brasileiro a fim de reorganizar sua política comercial externa. Diante de um ciclo de forte expansão do mercado internacional de *commodities*, a estratégia macroeconômica adotada desde então foi apoiar intensamente o setor para que este produzisse saldos comerciais favoráveis¹⁷. O agronegócio passou, então, a exercer um papel central no sistema econômico, tornando-se prioridade na agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna¹⁸. Nesse cenário, vultosos recursos foram e continuam sendo direcionados para a “modernização” do setor. A evolução dos “Planos Safra”¹⁹ – um importante instrumento de apoio estatal ao setor –

¹⁵ DIEESE. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: Dieese, 2012.

¹⁶ SOUZA, Maria Zélia de Almeida. Modernização sem mudanças: da contagem de cabeças à gestão estratégica de pessoas. Brasília: ABET, 2013.

¹⁷ Do ponto de vista macroeconômico, a estratégia foi bem-sucedida. Entre 1999 e 2014, o agronegócio brasileiro quase quintuplicou suas exportações, que saltaram de 20,49 bilhões de dólares para 99,97 bilhões de dólares. (MAPA, 2015).

¹⁸ Segundo Delgado (2012), a política agrícola, que deveria ser conjuntural, passa a subordinar e prevalecer sobre a política agrária/fundiária, que é estrutural, contrariando o que preconiza a Constituição Federal de 1988, quando estabelece o princípio da função social da terra.

¹⁹ Os Planos Agrícolas e Pecuários, ou “Planos Safra”, são elaborados anualmente pelos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. Eles contêm a previsão anual do crédito a ser concedido e as respectivas condições de financiamento, os preços de garantia, as condições do seguro agrícola e demais inovações legais pertinentes ao calendário agrícola do ano safra que se está planejando.

oferece uma dimensão desta reorientação da política econômica: entre o Plano Safra 1999/2000 e o Plano Safra 2014/2015, os recursos programados para a agricultura empresarial elevaram-se continuamente, saltando de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 156 bilhões (MAPA, 2015).

Outro importante elemento do apoio estatal ao agronegócio diz respeito à política fundiária, que atuou decisivamente para permitir a expansão do mercado de terras sem a adequada fiscalização e regulação no que diz respeito à aplicação dos princípios constitucionais da função social da terra e de demarcação e identificação da terra indígena. Delgado (2012; 2013), na verdade, argumenta que as instituições vinculadas à regulação fundiária (Incra, Ibama e Funai) foram desautorizadas a aplicar tais princípios, o que não apenas permitiu o avanço da fronteira agrícola²⁰, como também um aprofundamento da concentração da propriedade, a captura da renda da terra por parte dos latifúndios e a especulação fundiária²¹. Ainda segundo o autor, a não atualização dos índices de produtividade da terra (calculados com base no Censo Agropecuário de 1975) e a revisão do Código Florestal são manifestações evidentes dos atuais objetivos da política fundiária federal: garantir a expansão da agricultura empresarial.

Os últimos 15 anos, portanto, foram muito favoráveis ao agronegócio. Não à toa, o setor acumulou recordes no período. O valor bruto da produção agropecuária, por exemplo, saltou de R\$ 182 bilhões, em 2003, para R\$ 451 bilhões em 2014, um incremento real de 148%. Já as exportações do agronegócio quase quintuplicaram entre 1999 e 2014: saltaram de 20,49 bilhões de dólares para 99,97 bilhões de dólares (MAPA, 2015). Diante desse cenário, o setor, certamente, não encontrou dificuldades em absorver pressões salariais.

A conquista de aumentos salariais no meio rural, todavia, não parece resultado da pressão das campanhas sindicais. Segundo documento do Dieese (2012, p. 135), a grande maioria dos pisos salariais negociados nas atividades agrícolas na década de 2000 não ultrapassou o valor de um salário mínimo, acrescido de um pequeno percentual. Tal constatação evidencia o tamanho do desafio que os assalariados agrícolas têm que enfrentar. A sazonalidade da atividade agrícola – que estabelece acentuada diferença no número de contratações nos períodos de safra e entressafra –, as formas variáveis de

²⁰ Entre 2005 e 2013, a área plantada de cana-de-açúcar, café e soja, por exemplo, cresceu 76%, 80% e 20%, respectivamente.

²¹ Estudo realizado pelo MAPA, em parceria com a Universidade de Brasília, revelou que entre 2002 e 2013 o preço médio das terras agrícolas subiu 308% no Brasil, tendo atingido quase 700% no estado de Tocantins. (Em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2015/03/preco-medio-das-terras-no-brasil-teve-valorizacao-acima-de-300porcento-nos-ultimos-anos>. Acessado em 08/10/2015). A aquisição de áreas rurais nesse período, portanto, despontou como um investimento bastante atrativo, o que sem dúvida favoreceu a ampliação da concentração fundiária. Sobre esta, o último Censo Agropecuário, realizado em 2006, já conseguiu captar parte desse processo: revelou um Gini de 0,872, superior aos índices apurados nos anos de 1995 (0,856) e 1985 (0,857). Dados mais recentes do Incra sugerem que o fenômeno da concentração de terras permanece operando: segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares entre 2010 e 2014. (Em: <http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>. Acessado em: 09/10/2015).

remuneração do trabalho e a elevada rotatividade da mão de obra tornam as negociações coletivas no campo bastante complexas, mesmo em um período de crescimento da produtividade do setor.

Se as campanhas salariais contribuíram pouco, dois principais elementos parecem ter pressionado os salários agrícolas. Em primeiro lugar, sem dúvida, a política de reajuste do salário mínimo que, desde 2004, assegurou importantes ganhos superiores à inflação aos trabalhadores: entre janeiro de 2005 e dezembro de 2014, o salário mínimo real cresceu 65,4%²². Associado a este fator, há que se mencionar o esforço de fiscalização empreendido pelo MTE e, ainda, a maior judicialização de conflitos trabalhistas, todos contribuindo para o aumento da taxa de formalização e do respeito à legislação trabalhista, em especial o respeito ao piso mínimo de remuneração.

Em segundo lugar, é relevante mencionar que, no mesmo período, a renda domiciliar *per capita* das áreas rurais cresceu 63,7% em termos reais, passando de R\$ 397,17 para R\$ 650,05. É verdade que tal incremento se deve, em grande parte, à evolução do salário mínimo (como veremos adiante), mas aqui este opera de forma indireta. Em geral, a melhoria das condições materiais das famílias altera as estratégias de seus integrantes no que diz respeito às opções entre estudar ou trabalhar, participar da produção familiar ou se empregar, aceitar um emprego disponível ou procurar outro melhor, entre outras. Como regra, a propensão a aceitar empregos em condições precárias e/ou mal remunerados diminui neste cenário. Torna-se, portanto, mais difícil arregimentar pessoas para exercerem atividades agrícolas, o que pressiona os salários a subirem²³.

O gráfico 3 ilustra a trajetória da média da renda domiciliar *per capita* conforme a fonte de rendimento ao longo do período analisado. Por meio desta decomposição da renda domiciliar, é possível observar uma acentuada elevação dos rendimentos domiciliares advindos de aposentadorias, pensões e benefícios sociais, estes últimos incluídos na rubrica “outras rendas”. A renda domiciliar *per capita* oriunda de aposentarias e pensões – cujo piso é vinculado ao valor do salário mínimo – registrou um incremento de 102,6%, bastante superior ao incremento real do salário mínimo, o que sugere uma importante elevação do número de beneficiários²⁴. A rubrica “outras rendas” – que inclui benefícios sociais como o BPC (vinculado ao salário mínimo) e o Bolsa Família – também revelou um crescimento real significativo: 113%. Neste caso, parece relevante ressaltar que o valor do benefício do Bolsa Família – após ter sofrido razoável depreciação desde sua instituição – foi reajustado

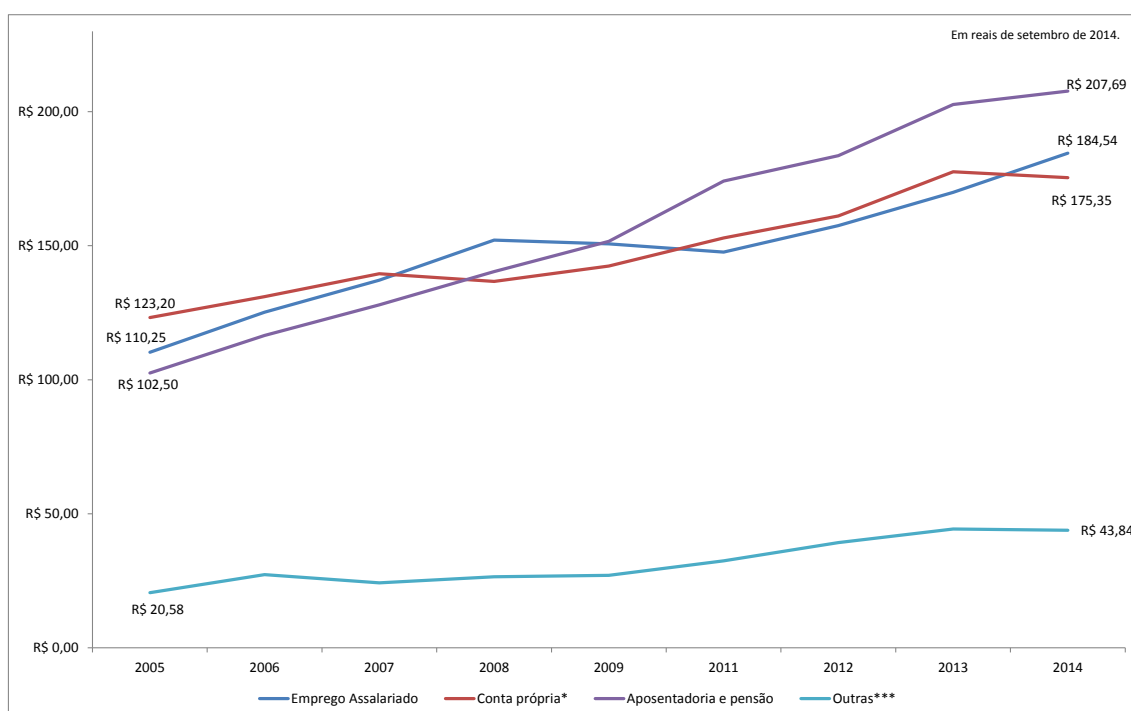
²² Ipeadata, deflacionado pelo INPC.

²³ Em matéria intitulada “Nordestino agora dispensa colheita de cana de açúcar”, de 12 de maio de 2013, de autoria de Pablo Pereira, do jornal “O Estado de São Paulo”, o jornalista noticia que empresas do Centro-Sul do país que buscam mão-de-obra no interior do Nordeste para a produção agroindustrial estão voltando de suas missões de contratação “com as mãos abanando”. Segundo um encarregado de recrutar trabalhadores entrevistado, “o pessoal agora está mais exigente (...) só aceita vir se conhece bem a empresa contratante, se puder voltar para casa no fim da safra e se tiver alojamento e quem faça a comida deles (...) Não é mais como era antigamente, que se tinha mais facilidade para conseguir gente”. Em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nordestino-agora-dispensa-colheita-de-cana-no-sul,153408e>. Acessado em 16/10/2015.

²⁴ De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social, o número de aposentadorias e pensões previdenciárias emitidas em áreas rurais elevou-se 22% entre 2006 e 2013.

cinco vezes após 2007²⁵. Já a renda domiciliar advinda do trabalho agrícola como conta própria ou pequeno empregador cresceu 42,3%, taxa de incremento inferior às demais, mas suficiente para manter a importância dessa fonte de rendimento na renda *per capita* da família. Em outras palavras, os números parecem revelar que as famílias rurais reduziram sua dependência em relação ao trabalho subordinado. Esta nova configuração da renda domiciliar pode ter sido uma das responsáveis pela pressão por aumentos salariais, o que revela o poder desses instrumentos de política – o salário mínimo e os benefícios sociais – na regulação do mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Média da renda *per capita* dos domicílios em área rural conforme fonte de rendimento (Brasil, 2005 – 2014)



Fonte: PNAD/IBGE.

* Inclui “pequeno empregador”, que possua até 5 empregados.

** O item “outras” inclui abono de permanência, aluguel, doação de não morador, caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos.

É importante ressaltar, contudo, que desde 2012 o agronegócio tem sofrido algumas perdas, principalmente devido ao desaquecimento do mercado mundial de

²⁵ Algumas mudanças no desenho do Programa também ampliaram o valor dos benefícios pagos: a introdução do benefício para jovens, com efeitos a partir de 2008; a expansão do limite de três para cinco crianças, em 2011; a introdução do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em 2012, universalizado em 2013 (OSORIO e SOARES: 2014, pp.748-9). Como resultado dessas alterações, entre 2007 e 2014, o total pago a famílias beneficiárias elevou-se, em termos reais, 33%, passando de R\$19,7 bilhões em 2007 para R\$26,3 bilhões em 2014.

commodities²⁶. É verdade que parte dessas perdas tem sido compensada pela desvalorização cambial e, também, por políticas direcionadas ao setor²⁶. O contexto de crise econômica e política, contudo, vem sendo aproveitado pelos representantes da agricultura patronal para emplacar suas agendas, o que provavelmente comprometerá os tímidos avanços conquistados.

Referências

DELGADO, Guilherme C. Economia do agronegócio (anos 2000): pacto de poder com os donos da terra. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 02/07/2013. Em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1460>>. Acessado em: 28/09/2015.

DELGADO, Guilherme C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). *Série Estudos rurais*. UFRGS Editora, 2012.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: Dieese, 2012.

MAPA. Estatísticas e dados básicos de economia agrícola. Julho de 2015. Em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Pasta%20de%20Julho%20-%202015.pdf>. Acessado em: 07/10/2015.

OSORIO, Rafael Guerreiro e SOARES, Sergei S. D. O Brasil Sem Miséria e as mudanças no desenho do Bolsa Família. Em: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patrícia Vieira (orgs). *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS, 2014.

SOUZA, Maria Zélia de Almeida. *Modernização sem mudanças: da contagem de cabeças à gestão estratégica de pessoas*. Brasília: ABET, 2013.

TEIXEIRA, Gerson. A agricultura e o desenvolvimento agrário na proposta orçamentária 2016. Nota técnica. Liderança da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Brasília, setembro de 2015

²⁶ O índice de preços das *commodities* agrícolas, medido pela FAO, caiu de 229,9 em 2011, para 213,3 em 2012; 209,8 em 2013 e 201,8 em 2014. Em agosto de 2015, o índice alcançou o nível mais baixo em sete anos: 155,7. Fonte: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>. Visitado em: 02/10/2015.

Trabalho infantil em atividades agrícolas na PNAD 2014

Alexandre Arbex Valadares

Marcelo Galizça Pereira de Souza

Uma das repercussões suscitadas com os resultados da PNAD 2014 diz respeito ao aumento do trabalho infantil em relação aos dados apurados em 2013. Com efeito, em termos absolutos, o número total de crianças entre 5 e 14 anos ocupadas cresceu de 839,6 mil, em 2013, para 897 mil em 2014, depois de uma década de quedas praticamente sucessivas. Em 2004, por exemplo, o total de crianças ocupadas chegou a 2 milhões e, em 2005, a 2,2 milhões; desde então, porém, tal contingente veio decrescendo ano a ano, de maneira que o saldo contabilizado em 2014, embora seja quase 7% superior ao de 2013, representa uma redução de 55% – ou de 1,1 milhão de crianças ocupadas – em relação a 2004.

Do total de 897 mil crianças de 5 a 14 anos ocupadas, 53,3% residem em áreas rurais. Embora esse índice represente um pouco mais que a metade, é importante notar que, como a população total dessa faixa etária é de 30,5 milhões de crianças e, deste total, apenas 5,5 milhões vivem no campo, a diferença entre as proporções relativas de crianças ocupadas no rural e no urbano é significativamente maior. Das 5,5 milhões de crianças entre 5 e 14 anos com domicílio rural, 479 mil estão ocupadas, ou seja, cerca de 8% do total; por outro lado, das 25 milhões de crianças da mesma faixa etária com domicílio urbano, 418 mil, ou 1,6% do total, têm ocupação.

A Constituição (Art. 7º, XXXIII) proíbe o trabalho para menores de 16 anos, exceto sob a condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Considerando esta possibilidade, adotou-se, neste estudo, a idade de 14 anos como limite etário para a análise. O objetivo da avaliação que se segue é destacar que a grande maioria dos ocupados rurais até 14 anos de idade se integra, em algum grau, às atividades produtivas da própria unidade familiar. Essa especificidade deve ser examinada com cautela: por um lado, a participação de crianças e adolescentes no trabalho familiar representa um elemento-chave de integração deles a uma dinâmica mais ampla que envolve sua relação com a terra, o território e a comunidade, além de ter papel fundamental no ciclo de reprodução da agricultura familiar; por outro lado, essa inserção não pode afetar o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, tal como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A partir da abordagem acima explicitada, pretende-se, em primeiro lugar, investigar a distribuição do trabalho infantil segundo posição na ocupação. Entretanto, por limitações da PNAAD, somente é possível desagregar as informações de trabalho infantil para a população de 10 a 14 anos de idade – que, em 2014, correspondia a 89,3% do total

de crianças e adolescentes rurais ocupados²⁷. Em seguida, será examinado em que medida o trabalho infantil se reflete nos indicadores de acesso à escola e de desempenho escolar.

Tabela 1 – Evolução do trabalho infantil na PNAD (Brasil: 2004; 2013; 2014)*

	2004	2013	2014	2014/2013
População entre 5 e 14 anos ocupada	2.000	839,6	897	+ 6,8%
População rural entre 5 e 14 anos ocupada	1.164,3	449,8	478,9	+ 6,5%
População rural entre 10 e 14 anos ocupada	991	406,9	427,5	+ 5,1%

Fonte: PNAD

*Em mil

Entre 2013 e 2014, o total de ocupados agrícolas de 10 a 14 anos, com domicílio rural, cresceu de 406,9 mil para 427,5 mil, ou 5,1%. Deste último total, 82,7% estavam em ocupações características da agricultura familiar: foram classificados como trabalhadores não remunerados na unidade familiar (43,6%), trabalhadores na produção para o autoconsumo (37,0%) ou, ainda, conta própria (8,7%), embora, em termos práticos, seja plausível supor que não existem diferenças quanto à natureza de suas atividades, nem na forma de sua inserção na divisão intrafamiliar do trabalho nas unidades produtivas.

Essas categorias, juntas, cresceram 7,5% entre 2013 e 2014 e tiveram peso determinante sobre esse aumento global de ocupados agrícolas na faixa etária considerada. Já o número de empregados agrícolas – permanentes ou temporários – com menos de 14 anos foi de 21,1 mil, em 2013, para 21,5 mil em 2014, um aumento de 2,1%, bastante inferior ao crescimento verificado entre os ocupados na produção familiar. Esse indicador, menos expressivo em termos quantitativos, aponta para relações de trabalho mais precárias, na medida em que envolvem subordinação a um empregador externo, maior restrição do tempo livre de jovens em idade escolar, e informalidade generalizada. Além disso, a PNAD 2014 registra ainda 52,6 mil ocupados rurais até 14 anos em atividades não-agrícolas, o que pode significar a participação deles em relações de trabalho precárias como as citadas anteriormente, sobretudo se estas são exercidas fora do domicílio.

Como, de 2004 a 2014, a população total rural de 10 a 14 anos caiu 16% (de 3,5 milhões para 2,9 milhões de pessoas), e como tal queda foi bem menor do que a redução de 57% do número de ocupados agrícolas rurais nessa faixa etária (conforme a tabela 1), pode-se afirmar que, no período de dez anos, verificou-se uma mudança real e significativa na configuração das ocupações agrícolas no interior das unidades produtivas familiares. Cumpre verificar em que medida essa mudança, traduzida na redução em mais da metade do número de crianças ocupadas no meio rural em dez anos, manifesta-se quanto à forma

²⁷ Neste estudo, supõe-se que, no grupamento agrícola, a divisão dos ocupados de 5 a 9 anos por posição na ocupação não seja muito diferente da que se verifica entre ocupados de 10 a 14 anos.

em que tais ocupações são exercidas e sobre a situação atual de escolarização dessa população.

Em termos de horas trabalhadas por semana, por exemplo, tanto em relação a 2004 quanto em relação a 2013, os dados da PNAD 2014 apontam para uma sensível melhoria nas condições em que os ocupados no meio rural, até 14 anos de idade, exercem suas atividades: se, em 2004, eles trabalhavam em média 18,2 horas, em 2013 esse tempo era de 15,5 horas, e, em 2014, de 14,4 horas semanais. Para efeito de comparação, em 2014, a média de horas trabalhadas por ocupados em área urbana até 14 anos de idade era de 19 horas. Essa diferença pode sugerir que o trabalho infantil em áreas urbanas tende a ser predominantemente subordinado e, pois, sujeito a jornadas regulares e, em geral, mais longas.

No que diz respeito à escolarização, a PNAD mostra que, em 2014, 97,4% dos ocupados em área rural de 5 a 14 anos estavam estudando. O índice é ligeiramente superior ao averiguado em 2013 (95,5%) e em 2004 (92,8%), e não difere rigorosamente do registrado entre a população não ocupada de 5 a 14 anos, independentemente da situação de domicílio: com efeito, 97,4% das crianças rurais e 98% das crianças urbanas não ocupadas nessa faixa etária estavam estudando em 2014. Apenas as crianças ocupadas em áreas urbanas anotavam índice pouco menor: 93,3% estavam estudando.

Se o trabalho infantil rural – predominantemente familiar – não parece comprometer o acesso das crianças à escola, a relação entre idade/série adequada oferece indícios de que a conciliação entre trabalho agrícola familiar e escolarização ainda é uma questão preocupante. Apenas 64,8% da população rural estudante e ocupada de 5 a 14 anos de idade estavam na série adequada em 2014. Apesar de esse indicador ter experimentado uma expressiva melhora em comparação com 2004, quando esse índice era de 54,8%, é preciso notar um ligeiro recuo em comparação com 2013, quando chegou a 68%.

Esse indicador revela que o engajamento de crianças até 14 anos em ocupações no meio rural pode estar prejudicando seu rendimento escolar. As crianças rurais nessa faixa etária que não estão ocupadas apresentam uma taxa de adequação idade/série bastante superior: 84,5%. Nas áreas urbanas, a ocupação também parece ser fator prejudicial à adequada relação entre idade e série: tal relação é de 75% entre as crianças urbanas ocupadas, mas de 90% entre as crianças urbanas não ocupadas.

De modo geral, as pessoas começam a trabalhar mais jovens no meio rural: 3 em cada 4 ocupados rurais começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade, ao passo que, nas áreas urbanas, essa iniciação precoce se dá para 31% dos ocupados²⁸. Tal diferença, talvez, explique as maiores taxas de inadequação idade/série no espaço rural nas fases iniciais de escolarização.

²⁸ É exatamente essa distinção que explica, por exemplo, o fato de a idade mínima exigida para a aposentadoria ser menor para trabalhadores e trabalhadoras rurais em comparação com os urbanos. Longe de ser um privilégio, tal distinção tem efeito meramente compensatório.

A ocupação infantil rural, quando realizada nos limites da unidade produtiva familiar, constitui frequentemente um processo de transmissão do ofício agrícola dos pais aos filhos que presumivelmente vão sucedê-los na atividade. Essa dimensão adicional do trabalho infantil no campo não pode, contudo, ser compreendida como atenuante dos efeitos nocivos acarretados às crianças pela participação precoce nas tarefas da produção: além de estarem expostas a danos físicos – acidentes de trabalho, problemas musculares, deformações ósseas –, as crianças que trabalham em atividade agrícola podem apresentar, como vimos acima, baixo desempenho escolar, que as torna mais sujeitas ao atraso na aprendizagem.

É bastante tênue a fronteira entre a exploração do trabalho infantil, com os danos físicos e sociais que este envolve, e o processo de transmissão intrafamiliar das técnicas de produção e dos modos de viver no campo por meio do qual se estabelece uma ligação fundamental das crianças com a terra e com seu território. Mas, assim como não se pode generalizar, embora seja o mais provável, que a criança que trabalha no espaço familiar esteja em situação menos vulnerável (ou mais protegida) que a que trabalha em atividade agrícola ou não agrícola externa, tampouco se pode resumir a questão do trabalho infantil rural a uma dicotomia entre, de um lado, a simples criminalização das famílias rurais em que crianças colaboram em algum grau com a produção (como, por exemplo, nas áreas urbanas, as crianças que eventualmente ajudam no comércio da família), e, de outro, a alegada justificativa, não raro sancionada pelo senso comum, de que crianças e adolescentes pobres precisam trabalhar.